

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JANAINA FABRIS DAL PONT

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: SUA CONTRIBUIÇÃO NO
PROCESSO DE GESTÃO DE UMA EMPRESA COMERCIAL DO RAMO
AGROPECUÁRIO DE FORQUILHINHA/SC

CRICIÚMA

2016

JANAINA FABRIS DAL PONT

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: SUA CONTRIBUIÇÃO NO
PROCESSO DE GESTÃO DE UMA EMPRESA COMERCIAL DO RAMO
AGROPECUÁRIO DE FORQUILHINHA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de Bacharel no Curso
de Ciências Contábeis da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador (a): Prof. Esp. Realdo de Oliveira da
Silva

CRICIÚMA

2016

JANAINA FABRIS DAL PONT

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: SUA CONTRIBUIÇÃO NO
PROCESSO DE GESTÃO DE UMA EMPRESA COMERCIAL DO RAMO
AGROPECUÁRIO DE FORQUILHINHA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de Bacharel, no Curso de Ciências
Contábeis da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

.

Criciúma, 29 de Novembro de 2016. (data da defesa)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Realdo de Oliveira da Silva - (UNESC) - Orientador

Prof. Esp. Clayton Schueroff - (UNESC) - Examinador

Dedico este trabalho ao meu esposo, pelo incentivo e colaboração, não medindo esforços para me apoiar em toda a trajetória.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades, guiando-me nas decisões mais difíceis.

Ao meu esposo, que esteve ao meu lado em todos os momentos da vida acadêmica, sempre me incentivando e apoiando quando mais precisei.

A todos os professores do curso, pois por meio de suas experiências e saberes passados em sala de aula, pude adquirir novos conhecimentos e ampliar o meu horizonte profissional.

Ao meu orientador, Realdo de Oliveira da Silva, pela dedicação e pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, se dispondo a compartilhar seus conhecimentos na elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos, companheiros de trabalhos e colegas de classe, Franciele Cunha Marcos e Gustavo Rocha, que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha trajetória acadêmica e contribuíram para esta conquista, o meu muito obrigada.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

Marthin Luther King

RESUMO

DAL PONT, Janaina Fabris. **Análise das demonstrações contábeis: Sua contribuição no processo de gestão de uma empresa comercial do ramo agropecuário de Forquilha/sc.** 2016. 63p. Orientador: Realdo de Oliveira da Silva. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Santa Catarina.

Diante das dificuldades e da competitividade enfrentadas pelas empresas comerciais agropecuárias para permanecerem no mercado atual, faz-se necessário o uso de instrumentos que auxiliem aos gestores a melhor visualizarem o desempenho de seus negócios para tomarem decisões com mais segurança. Nesse contexto, a análise das demonstrações contábeis cumpre esse papel, pois por meio de indicadores econômico-financeiros permite demonstrar o comportamento de uma organização. Dessa forma, este estudo tem como objetivo geral verificar se as informações geradas pela análise das demonstrações contábeis podem contribuir com uma empresa comercial do ramo agropecuário de Forquilha, de modo que as decisões sejam tomadas com maior precisão. Para tanto, quanto à abordagem do problema, realizou-se uma pesquisa quantitativa e qualitativa dos dados. Em relação aos objetivos, este trabalho tem caráter descritivo e explicativo. A respeito dos procedimentos foi realizada uma pesquisa bibliográfica, dando embasamento ao assunto, um estudo de caso e uma pesquisa documental acerca dos relatórios contábeis da empresa. No estudo de caso, foram analisadas as demonstrações contábeis do estabelecimento referentes ao triênio de 2013-2015. Estes relatórios permitiram ao autor realizar o cálculo de diversos indicadores econômicos e financeiros baseados na temática da contabilidade gerencial para verificar a atual situação econômico-financeira da entidade. Assim, este estudo aponta que a análise das demonstrações contábeis é importante à gestão dos negócios, servindo de suporte aos gestores em todo processo de tomada de decisão, pois gera informações úteis e de grande valia às empresas, independente do porte, possibilitando ao aumento da lucratividade e à constância nos negócios.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis. Indicadores Econômico-financeiros. Análise.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Classificação Quanto à Receita Anual	18
Quadro 2 – Classificação Quanto ao Número de Empregados.....	18
Quadro 3 – Balanço Patrimonial.....	22
Quadro 4 – Demonstração do Resultado do Exercício	23
Quadro 5 – Principais Finalidades da DFC	24
Quadro 6 – Ajustes do Lucro ou Prejuízo Líquido para Efeitos da DFC.....	25
Quadro 7 – Fluxo de Caixa Indireto.....	25
Quadro 8 – Fluxo de Caixa Direto	26
Quadro 9 – Índice de liquidez Corrente.....	30
Quadro 10 – Índice de Liquidez Seca	31
Quadro 11 – Índice de Liquidez Geral.....	31
Quadro 12 – Índice de Liquidez Imediata.....	32
Quadro 13 – Retorno sobre o Investimento.....	33
Quadro 14 – Retorno sobre o Patrimônio Líquido	34
Quadro 15 – Composição de Endividamento	34
Quadro 16 – Imobilização de Capital Próprio	35
Quadro 17 – DRE X EBITDA.....	36
Quadro 18 – Prazo Médio de Recebimento das Vendas	37
Quadro 19 – Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores	38
Quadro 20 – Prazo Médio de Estocagem	38
Quadro 21 – Ciclo Operacional	39
Quadro 22 – Ciclo Financeiro.....	40
Quadro 23 – Capital Circulante Líquido	41
Quadro 24 – Necessidade de Capital de Giro	42
Quadro 25 – Saldo em Tesouraria	43
Figura 1 – Efeito Tesoura.....	43
Gráfico 1 – Indicadores de Liquidez	54
Gráfico 2 – Indicadores de Rentabilidade e Estrutura de Capitais	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise Vertical/Horizontal do Ativo.....	48
Tabela 2 – Análise Vertical/Horizontal do Passivo	49
Tabela 3 – Análise Vertical/Horizontal da DRE	50
Tabela 4 – Fluxo de Caixa Indireto.....	52
Tabela 5 – Análise de Capital de Giro	53
Tabela 6 – Prazos Médios da Atividade	56
Tabela 7 – <i>Ebitda</i>	57

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
PIB – Produto Interno Bruto
MEI – Micro Empreendedor Individual
ME – Micro Empresa
EPP – Empresa de Pequeno Porte
BP – Balanço Patrimonial
AC – Ativo Circulante
ANC – Ativo Não Circulante
RLP – Realizável a Longo Prazo
PC – Passivo Circulante
PL – Patrimônio Líquido
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
ROI – Return on Investment
IR – Imposto de Renda
EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização
CMV – Custo da Mercadoria Vendida
CSSL – Contribuição Social sobre o Lucro
PMRV - Prazo Médio de Recebimento das Vendas
RB – Receita Bruta
PMPF - Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores
PME - Prazo Médio de Estocagem
CCL - Capital Circulante Líquido
NCG - Necessidade de Capital de Giro
ST - Saldo de Tesouraria
ACÑO – Ativo Circulante Não Operacional
PCÑO – Passivo Circulante Não Operacional
ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	13
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	17
2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL	19
2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	20
2.3.1 Balanço Patrimonial (BP)	20
2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	22
2.3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	23
2.3.3.1 Modelo Indireto	24
2.3.3.2 Modelo Direto	26
2.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	27
2.4.1 Análise Horizontal	27
2.4.2 Análise Vertical	28
2.5 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS	29
2.5.1 Liquidez Corrente	29
2.5.2 Liquidez Seca	30
2.5.3 Liquidez Geral	31
2.5.4 Liquidez Imediata	32
2.5.5 Retorno sobre o Investimento	32
2.5.6 Retorno sobre o Patrimônio Líquido	33
2.5.7 Composição de Endividamento	34
2.5.8 Imobilização de Capital Próprio	34
2.5.9 EBITDA	35
2.6 ANÁLISE DE CAPITAL DE GIRO	36
2.6.1 Prazo Médio de Recebimento das Vendas - PMRV	37
2.6.2 Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores - PMPF	37
2.6.3 Prazo Médio de Estocagem - PME	38
2.6.4 Ciclo Operacional	39

2.6.5 Ciclo Financeiro	39
2.6.6 Capital Circulante Líquido - CCL	40
2.6.7 Necessidade de Capital de Giro - NCG.....	41
2.6.8 Saldo em Tesouraria - ST	42
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	44
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	44
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	45
4 ESTUDO DE CASO	46
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	46
4.2 PRODUTOS E SERVIÇOS	47
4.3 FORMA DE TRIBUTAÇÃO	47
4.4 ETAPAS DO ESTUDO	47
4.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	48
4.5.1 Balanço Patrimonial	48
4.5.2 Demonstração do Resultado do Exercício.....	50
4.5.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa	51
4.6 ANÁLISE DE DESEMPENHO.....	52
4.6.1 Análise de Capital de Giro	53
4.6.2 Indicadores	53
4.6.3 Prazos.....	56
4.6.4 Ebitda	57
4.6.5 Parecer Final sobre a Análise Efetuada	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, serão apresentados o tema e a problemática que envolve este estudo, cuja finalidade é verificar o benefício da análise das demonstrações contábeis no processo decisório de uma empresa comercial do ramo agropecuário. Adiante, serão demonstrados o objetivo geral e específicos da pesquisa, a justificativa para o seu desenvolvimento, bem como a estrutura do trabalho ao final.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

Desde o seu surgimento, a contabilidade sempre exerceu influência sobre o patrimônio das organizações. No entanto, sua relevância era pouco conhecida pelos seus usuários. O crescimento econômico e a competitividade acirrada entre as empresas levaram os empresários a visualizarem os benefícios da contabilidade, utilizando os dados fornecidos por esta, para conhecer melhor o seu desempenho e aprimorar os resultados.

A contabilidade como fonte de informações válidas, auxilia os gestores a tomarem decisões com maior assertividade, por basear-se em dados consistentes, e não somente em suposições. Dentre os relatórios gerados pela contabilidade, o Balanço Patrimonial permite visualizar a situação patrimonial em que se encontra a empresa em determinado período. O Demonstrativo do Resultado demonstra se a organização obteve lucro ou prejuízo no exercício. A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia o que foi pago e recebido pela empresa e se a mesma está tendo disponibilidades suficientes para cumprir com suas obrigações ou necessita recorrer aos bancos.

No entanto, muitos empresários analisam os relatórios contábeis isoladamente. As demonstrações vistas isoladas apresentam limitação para demonstrar a total situação econômico-financeira de uma organização (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014). Nesse contexto, a análise das demonstrações contábeis cumpre o papel de demonstrar, por meio de indicadores econômico-financeiros, a eficiência da organização, seu comportamento operacional e financeiro.

Com isso, Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 5) afirmam que a análise das demonstrações contábeis “tem o objetivo de gerar informações úteis à tomada de decisões dos diversos usuários das informações contábeis, a fim de verificar se a

empresa merece crédito, se é solvente, se é rentável, entre outras razões [...].”

As informações extraídas das análises contribuem para que os administradores compreendam melhor o desempenho de seu negócio, identificando possíveis problemas, corrigindo-os e assim realizem projeções estratégicas futuras.

Diante do exposto, surge o seguinte questionamento: As informações geradas pela Análise das Demonstrações Contábeis podem contribuir com uma empresa comercial do ramo agropecuário de Forquilha no seu processo de tomada decisão?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste estudo consiste em verificar se as informações geradas pela Análise das Demonstrações Contábeis podem contribuir com uma empresa comercial do ramo agropecuário de Forquilha, de modo que as decisões sejam tomadas com maior precisão.

Para que o objetivo geral apresentado seja alcançado, faz-se necessário desenvolver os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer os principais indicadores econômicos e financeiros;
- Aplicar os índices econômico-financeiros sobre os principais demonstrativos contábeis apurados pela empresa;
- Analisar os resultados obtidos por meio do estudo de caso, utilizando a aplicação de indicadores e a sua contribuição para o processo decisório.

1.3 JUSTIFICATIVA

Sabe-se da relevância do agronegócio para a economia de Santa Catarina e para o Brasil. Neste segmento, estão relacionadas todas as atividades envolvidas com a agricultura e a pecuária, não se tratando somente dos ruralistas, mas todos aqueles que estão envolvidos no processo por que passam os produtos agrícolas, até a sua chegada ao consumidor final.

De acordo com o Portal Brasil (2016), com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a agropecuária brasileira gerou 9.821 empregos em 2015. Sendo o único setor a apresentar saldo positivo, resultado este proveniente do aumento da produção e das exportações de produtos agrícolas.

Em 2015, a produção agropecuária do país cresceu 7,7% em relação a 2014, atingindo o recorde de 209,5 milhões de toneladas. Ademais, a participação do agronegócio apresentou recorde na balança comercial brasileira, respondendo por 46,2% do total vendido ao exterior (PORTAL BRASIL, 2016).

No agronegócio, as empresas comerciais agropecuárias são essenciais para subsidiar os produtores no desenvolvimento de suas atividades rurais, atendendo à necessidade tanto de insumos agrícolas, bem como na prestação de assistência técnica. Contudo, muitas acabam não suportando as pressões do mercado, encerrando suas atividades muitas vezes nos primeiros anos. O fato das mesmas não conhecerem o seu real estado econômico-financeiro, contribui para que cheguem ao fim ou não consigam desenvolver estratégias para melhorar os pontos negativos que merecem mais atenção por parte dos gestores.

Diante das dificuldades enfrentadas por essas empresas, requer o uso de instrumentos que colaborem a sua saúde econômica e financeira, e contribuam para a continuidade das atividades. Para tanto, a análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta gerencial, capaz de gerar informações oportunas que auxiliam no processo decisório, tornando-o mais seguro e possibilitando uma visão mais detalhada do negócio. Sua utilização proporciona aos administradores verificar, com maior exatidão, a real condição em que se encontra a empresa em determinado momento, sendo possível tomar decisões corretas e exercer o poder de controle sobre o negócio, para que este caminhe conforme o planejado.

Por meio de elementos extraídos da análise de números é possível realizar projeções e conduzir a evolução da organização. Assim, as empresas, ao disporem de dados confiáveis, podem se tornar mais competitivas e rentáveis. Dessa forma, a contabilidade gerencial, por meio da análise das demonstrações contábeis, permite aos gestores conhecer com mais clareza o desempenho de suas atividades e definir a melhor alternativa a ser adotada em relação às diferentes áreas. Nesse sentido, Assaf Neto (2015, p. 46) entende que:

A análise visa relatar, com base em informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinam a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

Portanto, a análise das demonstrações contábeis na empresa objeto do estudo, proporcionará entender melhor os resultados obtidos e colaborar ao

processo de gestão, sendo útil nas funções de planejamento e controle.

Além disso, este relatório científico busca ressaltar a importância do profissional contábil para o andamento das instituições, que não se resume em apenas trabalhar para que as exigências fiscais sejam atendidas, mas seu vasto conhecimento permite ir além, orientando e apoiando nas diversas decisões internas.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Após a seção introdutória, este estudo está organizado de acordo com as seguintes etapas: fundamentação teórica, procedimentos metodológicos e análises e discussão dos resultados empíricos. A fundamentação teórica reúne a revisão da literatura com estudos teóricos e empíricos acerca da análise de demonstrações contábeis, cuja ênfase é apresentar a aplicação de indicadores econômico-financeiros sobre os principais demonstrativos das empresas. Em seguida, apresentam-se os procedimentos metodológicos como o método, a abordagem, os objetivos, a estratégia e as técnicas de pesquisa. Posteriormente, são discutidos os resultados. Finalmente, são apresentadas as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, será apresentado o referencial teórico que consiste em conhecer a opinião dos principais autores acerca do assunto proposto. Inicialmente, apresenta-se um breve comentário sobre as pequenas e médias empresas e as finalidades da contabilidade gerencial. Em seguida, demonstram-se as estruturas das demonstrações contábeis que serão analisadas, e, por fim, as técnicas de análise das mesmas.

2.1 PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Apesar da importância para a economia do país, as empresas de pequeno e médio porte encontram dificuldades para se firmarem no mercado. Esses tipos negócios são significativos geradores de emprego e renda ao sistema econômico brasileiro.

Segundo dados do SEBRAE (2016), no ano de 2015, as micro e pequenas empresas ocupavam mais de 95% do total de empresas do país. Respondendo, em 2011, por cerca de 27% do PIB nacional. Em 2013, esses tipos de negócios geraram mais da metade dos empregos formais no país com 52% do total, sendo 41% relativo à massa salarial. De 2011 a 2014, as micro e pequenas empresas geraram 3,5 milhões de novos empregos. Em 2015, foram 104 mil vagas preenchidas, enquanto as médias e grandes extinguiram 263 mil empregos nesse período. Em 2015, foram 774 mil postos de trabalho fechados por estes empreendimentos.

Consideradas fundamentais ao progresso do país, as empresas de pequeno porte têm problemas para sobreviver. Muitas são formadas anualmente, porém desaparecem nos primeiros anos. Conforme consta no SEBRAE (2016), com base em dados colhidos da Receita Federal, em 2009, de cada 100 empresas, 24 delas não conseguem completar dois anos.

Os estudos apontam que as principais dificuldades enfrentadas pelos donos de pequenos negócios são os encargos tributários e a abundância de regras e normas para cumprir com as obrigações tributárias, trabalhistas, contábeis, dentre outras. Também a burocracia é considerada um grande peso na vida destes empreendedores. Outra importante dificuldade indicada nas pesquisas pelos

pequenos negócios brasileiros são as elevadas taxas de juros, o que dificulta o acesso ao crédito por estes estabelecimentos (SANTOS 2014).

Coronado (2006, p. 15) relata que “no Brasil, existem diferentes critérios para a classificação das empresas em micro, pequenas, médias e grandes, dependendo da instituição responsável por tal classificação.”

O Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE adota uma classificação em micro, pequena, média, e grandes empresas, tomando como critério o número de empregados e o faturamento, este com base na Lei nº 123/2006, que aborda as normas gerais referentes ao tratamento diferenciado e favorecido a ser adotado com as micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2016).

Os quadros a seguir exibem os indicadores usados pelo SEBRAE para classificar as empresas em relação ao porte.

Quadro 1 – Classificação Quanto à Receita Bruta Anual

PORTE	FATURAMENTO
Micro Empreendedor Individual - MEI:	Até R\$ 60.000,00
Micro Empresa - ME:	Até R\$ 360.000,00
Empresa de Pequeno Porte – EPP:	Até R\$ 3.600.000,00

Fonte: Adaptado de SEBRAE (2016)

O quadro 1 expressa o indicativo de classificação relativo ao faturamento. Este segue a Lei nº 123/2006, que rege o enquadramento das empresas optantes pelo Simples Nacional.

O quadro 2 apresenta o indicador de classificação adotado pelo SEBRAE, considerando o número de empregados em relação ao setor pertencente.

Quadro 2 – Classificação Quanto ao Número de Empregados

PORTE	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS
Micro	Até 19 empregados	Até 9 empregados
Pequena	De 20 a 99 empregados	De 10 a 49 empregados
Média	De 100 a 499 empregados	De 50 a 99 empregados
Grande	Mais de 500 empregados	Mais de 100 empregados

Fonte: Adaptado de SEBRAE (2016)

Pode-se perceber que as pequenas e médias empresas são muito importantes ao desenvolvimento econômico brasileiro, entretanto enfrentam várias dificuldades para se manterem no mercado (SANTOS, 2014).

2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade gerencial é um segmento da contabilidade, voltada a gerar ferramentas que servem de subsídio aos gestores no processo de tomada de decisões.

Nesse aspecto, cita Crepadi (1998, p.18):

Contabilidade gerencial é o ramo da Contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais. É voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial.

Segundo Pereira et al (2011), a contabilidade gerencial emprega técnicas contábeis diversas e de conhecimentos oriundos de outras disciplinas, tais como financeiras, econômicas e comportamentais.

Para Pizzolato (2000) a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira atendem a diferentes usuários. Enquanto a financeira objetiva fornecer informações a usuários externos à empresa, de forma que o todo seja avaliado. Utilizando o conjunto de princípios contábeis geralmente aceitos para atingir esse objetivo. Já a gerencial produz informação de utilidade gerencial, exigindo informações para vários propósitos, como auxiliar no planejamento, na medição e avaliação de desempenho, na formação de preço venda e na análise de ações alternativas.

Silva e Campos (2013) explicam que a finalidade principal da contabilidade gerencial é conhecer a melhor alternativa de interpretar os resultados organizacionais, de modo a colaborar aos gestores na tomada de decisão, por meio da análise de fatos contábeis, estabelecendo as diretrizes a serem utilizadas para monitorar e acompanhar as atividades cotidianas da empresa. Em resumo, esta deve servir de apoio entre a melhor decisão e o resultado desejado.

Desse modo, pode-se afirmar que contabilidade gerencial “é o processo de identificar, mensurar, reportar e analisar informações sobre os eventos econômicos das empresas” (ATKINSON et al, 2000, p.36).

Conforme o exposto anteriormente, a prática da contabilidade gerencial suplementa o processo de gestão, por meio de técnicas que avaliam o desempenho e os resultados dos negócios, orientando nas decisões futuras.

2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os dados contábeis são demonstrados por meio de relatórios contábeis ou também denominadas demonstrações financeiras que são elaboradas periodicamente pelas empresas. Na concepção Iudícibus (2009, p. 26), “relatório contábil é a exposição resumida e ordenada dos principais fatos gerados pela contabilidade, em determinado período.”

De acordo com Assaf Neto (2015), a atual Lei das Sociedades Anônimas obriga que as empresas devam apurar ao final de cada exercício social (12 meses), com base nos eventos registrados pela contabilidade, as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado (capital aberto).

Padoveze e Benedicto (2011) relatam que a base para se estruturar as informações necessárias à gestão de negócios advém de duas demonstrações contábeis consideradas básicas, o balanço patrimonial e a demonstração dos resultados. Configurando-se em dois modelos sintéticos voltados à administração no processo de decisão. Em suma, os demais modelos existentes decorrem ou complementam estes mesmos demonstrativos.

Diante do exposto, entende-se que essas demonstrações são muito importantes a todos os interessados em conhecer o desempenho dos negócios, e sendo assim tomarem decisões.

2.3.1 Balanço Patrimonial (BP)

O balanço patrimonial é uma demonstração contábil que visa refletir a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado período, de forma estática, ou seja, é como uma foto da situação da entidade em data específica. De acordo com Martins et al (2013, p. 25) “o balanço tem por finalidade apresentar a posição da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática”.

Essa demonstração apresenta todos os bens e direitos pertencentes à empresa, Ativo, bem como as obrigações, Passivo Exigível, em dado momento. A

diferença entre as contas do ativo e do passivo denomina-se Patrimônio Líquido, que corresponde ao capital investido na organização pelos sócios, que advém de recursos trazidos de fora ou gerados pelas operações e retidos internamente (MATARAZZO, 2010).

Padoveze e Benedicto (2011) afirmam que o ativo mostra os elementos patrimoniais positivos, contudo o passivo mostra dois elementos que se contradizem, pois, inicialmente, apresenta as dívidas da empresa, considerados elementos patrimoniais negativos, e, por final, apresenta a riqueza que é pertinente aos acionistas, representado na figura do patrimônio líquido.

Braga (2012) completa dizendo que a lei societária orienta que as contas do balanço devem classificar-se conforme os elementos patrimoniais que representam, de modo que o seu agrupamento facilite o conhecimento e a análise financeira da entidade. Assim, no ativo, as contas devem dispor-se em ordem decrescente de conversibilidade em grau de liquidez, enquanto no passivo e no patrimônio líquido as contas devem dispor-se em ordem decrescente de exigibilidade.

No ativo circulante, encontram-se os itens classificados com maior liquidez, realizáveis por venda, recebimento ou consumo no curto prazo, ou seja, inferior a um ano, para empresas com ciclos operacionais iguais ou inferiores a esse tempo (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Segundo Hoji (2014), o grupo do ativo não circulante envolve aplicações em ativos de longo prazo ou de caráter permanente, sendo dividido em ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

As contas do passivo estão organizadas em ordem decrescente de exigibilidade, sendo divididas nos grupos do passivo circulante e do passivo não circulante, sucessivamente. Assim, no passivo circulante, encontram-se todas as dívidas que serão liquidadas no prazo de um ano ou no prazo do ciclo operacional. Em contrapartida, no passivo não circulante, constam todas as obrigações cuja liquidação ocorrerá num prazo superior a um ano ou a um ciclo operacional (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

De acordo com a afirmativa de Ludícibus (2009, p. 29), o patrimônio líquido “evidencia recursos dos proprietários aplicados no empreendimento. O investimento inicial dos proprietários (a primeira aplicação) é denominado, contabilmente, Capital.”

No quadro 3 a seguir, evidencia-se a estrutura do balanço patrimonial.

Quadro 3 – Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Ativo Circulante – AC	Passivo Circulante – PC
Ativo Não Circulante - ANC	Passivo Não Circulante – PNC
Realizável a Longo Prazo - RLP	Exigível a Longo Prazo
Investimentos	Patrimônio Líquido – PL
Imobilizado	Capital Social
Intangível	Reservas de Capital
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Reservas de Lucros
	Ações em Tesouraria
	Prejuízos Acumulados

Fonte: Assaf Neto (2015, p. 65).

Portanto, constata-se que o balanço patrimonial é um importante demonstrativo contábil existente, por evidenciar todos os registros dos fatos que ocorreram em uma organização em um momento determinado, embora estaticamente.

2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A demonstração do resultado do exercício é um demonstrativo contábil que mostra os resultados alcançados pela entidade, representado pelo confronto ordenado das receitas e das despesas realizadas em um dado momento.

De acordo com Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 39):

A Demonstração do Resultado do Exercício apresenta de forma esquematizada os resultados auferidos pela entidade em determinado período. Em linhas gerais, o resultado é apurado deduzindo-se das receitas todas as despesas (inclusive os custos, que nesse momento se transformam em despesas) que a empresa incorreu no referido período.

No entendimento de Braga (2012), a finalidade básica dessa demonstração é detalhar a formação do resultado obtido no exercício, especificando as receitas, as despesas e os custos por natureza de elementos componentes, até chegar ao resultado final, que deve ser lucro ou prejuízo.

A seguir, demonstra-se um exemplo de estrutura conceitual do demonstrativo de resultados do exercício.

Quadro 4 – Demonstração do Resultado do Exercício

RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS
(-) Descontos Concedidos, Devoluções
(-) Impostos sobre vendas
= RECEITA LÍQUIDA
(-) Custo dos Produtos Vendidos e/ou Serviços Prestados
= RESULTADO BRUTO
(-/+) Despesas/Receitas operacionais
(-) Despesas Gerais e Administrativas
(-) Despesas de Vendas
(+) Receitas Financeiras
(-) Despesas Financeiras
(-) Juros sobre Capital Próprio
(+) Outras Receitas Operacionais
(-) Outras Despesas Operacionais
= RESULTADO ANTES DO IR/CSLL
(-) Provisão para IR e Contribuição Social
= RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
(-) Participações
(-) Contribuições
(+) Reversão dos Juros sobre Capital Próprio
= RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
LUCRO POR AÇÃO

Fonte: Assaf Neto (2015, p. 84).

Portanto, o demonstrativo de resultados exhibe o que a empresa obteve de receitas, despesas e custos em um período em questão. Em que se deduzindo das receitas todas as despesas e os custos, o resultado pode ser positivo ou negativo, dependendo do modo como as operações foram conduzidas.

2.3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Esse demonstrativo financeiro mostra a movimentação do caixa da empresa, detalhando as entradas e saídas de dinheiro durante o período e o saldo desse fluxo. Dessa forma, Assaf Neto (2015, p. 100) completa: “O objetivo essencial da DFC é disponibilizar informações relevantes sobre os fluxos financeiros (em dinheiro) de pagamentos e recebimentos realizados por uma empresa, no exercício social”.

No entendimento de Matazzo (2010), as principais finalidades da demonstração dos fluxos de caixa são apresentadas no quadro 5.

Quadro 5 – Principais Finalidades da DFC

a) Avaliar opções de investimentos;
b) Avaliar e controlar as decisões tomadas na empresa que apresentam reflexos monetários ao longo do tempo;
c) Avaliar as situações presentes e futuras que afetam o caixa da empresa, de modo a posicionar-se para que não chegue a um estado de iliquidez;
d) Assegurar que os excessos de caixa estão sendo aplicados devidamente.

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010)

Marion (2012) descreve que a DFC indica as variações que ocorrem no saldo de caixa e equivalentes de caixa. Sendo elaborada de forma direta, por meio da movimentação do caixa e equivalentes de caixa, ou de forma indireta, a partir do lucro/prejuízo do exercício. Essa demonstração deve ser segmentada em três tipos de fluxos de caixa: das atividades operacionais, das atividades de financiamentos e investimentos.

Portanto, percebe-se que o fluxo de caixa é uma importante ferramenta de controle financeiro, capaz de auxiliar os gestores a evitar faltas de caixa e avaliar as possíveis necessidades de dinheiro. Podendo ser elaborado por meio de métodos diretos e indiretos.

2.3.3.1 Método Indireto

O fluxo de caixa indireto parte do lucro líquido para demonstrar os recursos resultantes das atividades operacionais, ajustado pelas contas que não interferem no caixa, complementado pelos aumentos ou reduções causados por contas de ativos e passivos circulantes.

Padoveze e Benedicto (2011, p. 55) afirmam que o método indireto, “evidencia a movimentação do saldo de caixa no período, partindo da geração de caixa por meio da demonstração de resultados e das variações dos elementos patrimoniais do balanço que geram ou necessitam de caixa”.

Segundo Braga (2012), nesse método o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é apurado por meio do ajuste do lucro ou prejuízo líquido quanto aos seguintes efeitos, como mostra o quadro 6.

Quadro 6 – Ajustes do Lucro ou Prejuízo Líquido para Efeitos da DFC

a) Variações ocorridas nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar;
b) Elementos que não afetam o caixa, como depreciação, provisões, impostos diferidos, variações cambiais não realizadas, resultado de equivalência patrimonial e participação de minoritários, quando aplicável;
c) Todos os demais itens que afetam o caixa por meio das atividades de investimento e financiamento.

Fonte: Adaptado de Braga (2012)

No quadro 7, demonstra-se um exemplo de fluxo de caixa pelo método indireto.

Quadro 7 – Fluxo de Caixa Indireto

FLUXOS OPERACIONAIS
Resultado Líquido
(+) Depreciação
Aumento /Redução de Duplicatas a Receber
Aumento em Duplicatas Descontadas
Aumento em Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa
Aumento/Redução em Estoques
Aumento/Redução em Fornecedores
Redução de Salário a Pagar
Outros
Caixa Líquido das Atividades
FLUXOS DE INVESTIMENTOS
Pagamento na Compra de Imobilizado
Recebimento pela Venda de Imobilizado
Outros
Caixa Líquido de Investimentos
FLUXOS DE FINANCIAMENTO
Integralização de Aumento de Capital
Amortização de Empréstimos e Financiamentos
Recebimento/Pagamento de Dividendos
Novas Captações de Empréstimos e Financiamentos
Outros
Caixa Líquido de Financiamentos
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA
SALDO INICIAL DE CAIXA
SALDO FINAL DE CAIXA

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015)

Verifica-se que o fluxo de caixa indireto apresenta os aumentos e as diminuições do fluxo de caixa, sem apontar diretamente as entradas e saídas de dinheiro. Não evidenciando a movimentação ocorrida nas disponibilidades, mas as variações de saldos e itens que afetam o caixa.

2.3.3.2 Método Direto

O fluxo de caixa direto expressa os efetivos pagamentos e recebimentos ocorridos, que colaboraram para a variação das disponibilidades de uma organização de uma forma simplificada, de fácil entendimento por parte dos usuários. Nesse sentido, Hoji (2014, p. 261) relata que o método direto “evidencia os principais itens de recebimento e pagamento pelos seus efetivos valores, o que facilita a visualização e a compreensão dos fluxos financeiros”.

De acordo com Martins et al (2013), esse método detalha as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais elementos que compõem as atividades operacionais, como os recebimentos das vendas e os pagamentos de fornecedores e empregados. O saldo final resultante das operações demonstra o valor líquido de caixa gerado ou consumido pelas atividades em determinado período de tempo.

Em seguida, tem-se um exemplo de fluxo de caixa direto, conforme o quadro 8.

Quadro 8 - Fluxo de Caixa Direto

ENTRADAS
+ Recebimentos de Clientes
SAIDAS
- Pagamentos a Fornecedores
- Impostos Recolhidos
- Pagamento de Pessoal
- Despesas Gerais
- Imposto sobre o Lucro
= Saldo das Atividades Operacionais
+/- Entradas/Saídas das Atividades de Investimento
= Saldo das Atividades de Investimento
+/- Entradas/Saídas das Atividades de Financiamento
= Saldo das Atividades de Financiamento
= Saldo do Período
+ Saldo Inicial das Disponibilidades
= SALDO DISPONÍVEL

Fonte: Adaptado de Padoveze (2009)

Diante disso, percebe-se que o método direto proporciona aos usuários da empresa, uma fácil visualização e compreensão de todas as entradas e saídas de caixa, ocasionadas pelas atividades operacionais, de investimento e financiamento, apresentando ao final o saldo positivo ou negativo, fundamental para orientar as decisões administrativas.

2.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise das demonstrações contábeis preocupa-se em extrair informações que expliquem a condição atual do empreendimento, e ajudem aos gestores a concluir se a empresa necessita de crédito ou não, se tem condições de pagar suas dívidas e se é ou não lucrativa, norteadas nas decisões futuras.

Neves e Viceconti (2007, p. 129) relatam que a análise de balanços consiste no “estudo da situação patrimonial da entidade, através da decomposição, comparação e interpretação do conteúdo das demonstrações contábeis, visando obter informações analíticas e precisas sobre a situação geral da empresa”.

Segundo Matarazzo (2010), por meio da análise de balanços é possível obter uma visão da estratégica e dos planos da empresa analisada, permitindo estimar o seu futuro, as suas limitações e as suas potencialidades. Sendo fundamental a todos os que pretendam relacionar-se com a organização, sejam fornecedores, financiadores, acionistas e até empregados.

Hoji (2014) destaca que a análise de balanços é aplicada, essencialmente, a partir de dados oriundos do balanço patrimonial e da demonstração de resultados. Outras demonstrações contábeis obrigatórias e não obrigatórias, como o fluxo de caixa, servem para auxiliar no processo de análise patrimonial e financeira.

Conclui-se que as informações geradas pela análise das demonstrações contábeis, permitem que os seus usuários avaliem os fatores que levaram a empresa a situação atual, sendo uma importante ferramenta no gerenciamento dos negócios.

2.4.1 Análise Horizontal

Esse tipo de análise compara o crescimento de itens do balanço patrimonial e da demonstração de resultados através de diferentes períodos, com a finalidade de caracterizar tendências e verificar se houve evolução positiva ou negativa dos elementos. Assaf Neto (2015, p. 113) afirma que “a análise horizontal relaciona cada item de um demonstrativo com o mesmo item apurado em exercício passado (período-base), revelando a evolução de seus valores”.

No entendimento de Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 103): “A análise horizontal é um processo de análise temporal que permite verificar a evolução das

contas individuais e também dos grupos de contas por meio de números-índices.”

Braga (2012) afirma que é necessário, inicialmente, eleger uma demonstração padrão que servirá de base para as comparações, cujo valor atribuído será o percentual de 100%, conta a conta ou grupo de contas. Os valores das demonstrações subsequentes são relacionados ao índice da demonstração padrão, aplicando-se a regra de três.

Entende-se que a análise horizontal é um método que aponta a tendência de valores de uma mesma conta ou grupo de contas, por meio da apuração de percentuais de crescimento ou declínio entre demonstrações contábeis com datas diferentes.

2.4.2 Análise Vertical

Essa análise trata de relacionar os valores das contas de cada grupo a totalidade deste mesmo grupo, ou demonstrar a participação de cada elemento em comparação ao todo. Padoveze e Benedicto (2011, p. 195) afirmam que na análise vertical “assume-se como 100% um determinado elemento patrimonial que, em princípio, deve ser o mais importante, e faz-se uma relação percentual de todos os demais elementos sobre ele”.

Braga (2012, p. 136) completa:

Este método consiste no relacionamento dos valores das contas de cada grupo com o montante do respectivo grupo, bem como do montante de cada grupo com o total – do ativo ou do passivo e patrimônio líquido, quando se tratar de balanço patrimonial; de cada componente do resultado com as respectivas receitas e/ ou despesas etc., quando analisada a demonstração do resultado do exercício.

Os índices da análise vertical são calculados de forma similar a análise horizontal, pois nos dois casos emprega-se a aplicação da regra de três para o cálculo. A diferença é que na análise horizontal verifica-se a variação ocorrida para uma mesma conta entre dois períodos ou mais. Enquanto na análise vertical busca-se a variação de uma conta em relação a outra tomada por base do mesmo período (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Portanto, a análise vertical objetiva apresentar a variação de cada item ou subgrupo de uma demonstração financeira com um determinado total tido como base.

2.5 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Os indicadores econômico-financeiros são cálculos matemáticos aplicados aos demonstrativos contábeis, cuja finalidade é fornecer números ou índices que ajudem a entender a situação da empresa em seus aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade. Dessa forma, Matarazzo (2010, p.81) define que índice “é a relação entre contas ou grupos de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

Padoveze e Benedicto (2011, p. 147) afirmam:

O conjunto de indicadores econômico-financeiros é o instrumental que classificadamente representa o conceito de análise de balanço. Basicamente, consiste em números e percentuais resultantes das diversas inter-relações possíveis entre elementos patrimoniais constantes do balanço e da demonstração de resultados. O objetivo é buscar elementos que dêem maior clareza à análise ou mesmo indiquem constatações do desempenho econômico-financeiro da entidade.

Iudícibus (2009) completa destacando que a técnica de análise financeira por meio de quocientes é um dos mais importantes métodos desenvolvidos pela contabilidade, pois se pode comparar o ativo corrente com o passivo corrente, ao invés de unicamente analisá-los individualmente.

Segundo Marion (2012), o tripé da análise oferece condições de conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa, por meio do emprego de três pontos essenciais de análise: Liquidez (Situação Financeira), Rentabilidade (Situação Econômica) e Endividamento (Estrutura de Capital).

Sendo assim, por meio dos indicadores é possível obter informações sobre o desempenho das organizações, pois serve para medir diversos aspectos econômicos e financeiros, que serão úteis na condução das operações.

2.5.1 Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente mostra a capacidade da empresa em saldar suas dívidas de curto prazo. De acordo com Padoveze e Benedicto (2011, p. 149), esse indicador “relaciona todos os ativos realizáveis no curto prazo classificados nas demonstrações contábeis como ativos circulantes, com todos os passivos que

deverão ser pagos no curto prazo, classificados contabilmente como passivos circulantes”.

Matarazzo (2010) relata que a liquidez corrente indica quanto a empresa possui no ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívidas no curto prazo. Completa o raciocínio alegando que quanto maior o valor, melhor.

Assaf Neto (2015) descreve que quanto maior esse índice, a probabilidade da empresa em financiar as suas necessidades de capital de giro apresenta-se mais alta.

A fórmula para apurar a liquidez corrente é demonstrada no quadro 9.

Quadro 9 – Índice de Liquidez Corrente

$\text{Liquidez Corrente} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$
--

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015)

Portanto, o mesmo evidencia se a empresa será ou não capaz de honrar seus compromissos de curto prazo, por meio de valores em dinheiro e ativos que podem se transformar em dinheiro, capazes de liquidar as dívidas no curto prazo.

2.5.2 Liquidez Seca

Esse indicador exibe a capacidade da empresa em saldar as obrigações com terceiros de curto prazo, com dinheiro e valores a receber, sem considerar os estoques. Diante disso, Assaf Neto (2015, p.188) cita:

O quociente demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem saldadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber.

De acordo com Padoveze e Benedicto (2011), excluem-se os estoques para se ter uma visão da capacidade de pagamento mais dura ou líquida, pois para estes se transformem em dinheiro, tem-se primeiro que vender, produzir, para depois receber, sendo um processo mais longo que os demais ativos para se converter em caixa.

Matarazzo (2010) relata esse índice indica o quanto a empresa detém de ativo para cada R\$ 1,00 de passivo circulante ou dívidas a curto prazo. O mesmo

interpreta que quanto maior o percentual, melhor a condição financeira da organização. No quadro 10, apresenta-se o cálculo da liquidez seca.

Quadro 10 – Índice de Liquidez Seca

$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$
--

Fonte: Adaptado de Marion (2012)

Constata-se com o exposto, que o índice de liquidez seca mostra as chances da empresa em liquidar seus compromissos de curto de prazo, sem contar com as vendas dos estoques. Assim, quanto maior esse indicador, melhor a situação financeira da organização.

2.5.3 Liquidez Geral

A liquidez geral indica se a empresa é capaz de liquidar suas dívidas totais, com o dinheiro, bens e direitos a receber no curto e longo prazo dos quais possui. Segundo Padoveze e Benedicto (2011, p.153), “[...] é um indicador que mostra a capacidade de pagamento geral da empresa, tomando como numerador os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo, e como denominador os passivo totais (circulante e exigível a longo prazo)”.

Assaf Neto (2015) afirma que esta análise revela tanto a liquidez de curto como a de longo prazo, pois para cada R\$ 1,00 que a empresa detém de dívida, o quanto existe de valores e direitos no ativo circulante e no realizável a longo prazo.

A liquidez geral é calculada conforme a fórmula no quadro 11, a seguir.

Quadro 11 – Índice de Liquidez Geral

$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{AC} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{PC} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010)

Pode-se constatar que esta análise detecta a situação financeira de curto e longo prazo da empresa, ao considerar tudo que se converterá em dinheiro a curto e longo prazo, relacionando com tudo o que possui de obrigações a curto e longo prazo.

2.5.4 Liquidez Imediata

Esse quociente demonstra se a empresa tem condições de cumprir com suas obrigações de curto prazo, apenas com as disponibilidades. Assim, Marion (2012, p. 82) afirma que a liquidez imediata “mostra o quanto dispomos imediatamente para saldar nossas dívidas de Curto Prazo [...]”.

Segundo Assaf Neto (2015, p. 187):

Revela a porcentagem das dívidas a curto prazo (circulante) em condições de serem liquidadas imediatamente. Esse quociente é normalmente baixo pelo pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa, ativo operacionalmente de reduzida rentabilidade.

Padoveze e Benedicto (2011) explanam que de todos os indicadores de pagamento, este é o que de fato caracteriza-se como de liquidez, por considerar componentes patrimoniais do ativo circulante que podem ser disponibilizados imediatamente para quitar débitos.

No quadro 12, tem-se a fórmula de calcular a liquidez imediata.

Quadro12 – Índice de Liquidez Imediata

$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$
--

Fonte: Adaptado de Hoji (2014)

Para tanto, o índice de liquidez imediata representa o quanto a empresa possui de disponibilidades para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo. Assim, tem-se a análise de que, quanto maior for esse índice melhor a situação financeira da empresa.

2.5.5 Retorno sobre o Investimento

A nomenclatura retorno sobre o investimento ou *return on investment (ROI)* retrata o quanto a organização conseguiu de retorno em comparação aos investimentos realizados na mesma.

Martins, Miranda e Diniz (2014) relatam que esse indicador aponta o quanto a empresa alcançou de resultados em comparação aos investimentos nela realizados. Já que para que a empresa possa exercer suas atividades, é necessário

investir em instalações, ferramentas, máquinas, estoques etc.

O investimento é formado pelos recursos (passivos) onerosos captados pela empresa (empréstimos e financiamentos) e os recursos próprios aplicados pelos seus proprietários, que se encontram registrados no patrimônio líquido (ASSAF NETO, 2005).

O retorno sobre o investimento pode ser apurado conforme o quadro 13.

Quadro 13 – Retorno sobre o Investimento

$\text{ROI} = \text{Lucro Operacional Líquido Ajustado} / \text{Investimento} \times 100$

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2005)

O ROI utiliza o lucro operacional produzido pela empresa antes de ser afetado pelas despesas financeiras, ou seja, independente da maneira com é financiado, se recursos próprios ou de terceiros, em que se tem como numerador da fórmula o lucro operacional ajustado líquido. Devendo-se para o seu cálculo retirar as despesas financeiras do resultado e o efeito do IR ocasionados por estas mesmas despesas (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Portanto, esse índice demonstra o quanto a empresa alcançou de retorno em relação ao que foi investido nos ativos da empresa.

2.5.6 Retorno sobre o Patrimônio Líquido

O retorno sobre o patrimônio líquido tem o objetivo de apontar a lucratividade em relação aos capitais próprios. Neves e Viceconti (2007, p. 442) citam que esse índice “mede o retorno obtido sobre o investimento efetuado pelos proprietários”.

Segundo Assaf Neto (2015), esse índice expressa o ganho auferido pelos sócios em virtude das margens de lucro, da eficiência das operações e do bom desempenho dos negócios. Ou seja, mede o retorno líquido do proprietário para cada R\$ 1,00 investido.

Para o cálculo do retorno sobre o patrimônio líquido, emprega-se a seguinte fórmula, conforme o quadro 14.

Quadro 14 – Retorno sobre o Patrimônio Líquido

$\text{Retorno sobre o Patrimônio Líquido} = \text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido} \times 100$

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015)

Esse índice aponta quanto rende o capital investido pelos sócios na empresa, portanto, quanto maior, melhor a situação econômica da empresa.

2.5.7 Composição de Endividamento

Esse índice revela o quanto a empresa apresenta de dívidas a curto prazo para cada R\$ 1,00 de endividamento total, confrontando o passivo circulante com o total de capital de terceiros. Morante (2007, p. 37) destaca que o objetivo do índice de composição do endividamento é “indicar a relação entre os compromissos com terceiros a curto prazo e a somatória destes com os de longo prazo”.

Para se calcular a composição do endividamento, utiliza-se a fórmula conforme o quadro 15.

Quadro 15 – Composição do Endividamento

$\text{Composição do Endividamento} = \text{Passivo Circulante} / \text{Exigível Total} \times 100$

Fonte: Adaptado de Hoji (2014)

Silva (2001) declara que quanto maior o índice de composição de endividamento, pior é a interpretação dada. Pois demonstra que a empresa apresenta uma maior parcela de dívidas vencíveis no curto prazo que no longo prazo.

Contata-se que por meio desse indicador é possível verificar o quanto a empresa apresenta de dívidas no curto prazo para cada real de obrigações totais com terceiros. Portanto, quanto menor esse índice, significa que melhor é a situação financeira encontrada pela mesma.

2.5.8 Imobilização de Capital Próprio

O índice de imobilização do capital próprio representa o quanto de recursos próprios está investido em ativos de natureza permanente. De acordo com

Morante (2007, p. 38), o seu principal objetivo é “indicar a relação entre capitais próprios e sua aplicação em ativos cuja intenção não seja a de convertê-los em dinheiro para o giro de negócio.”

De acordo com Matarazzo (2010), os recursos são aplicados mutuamente no ativo permanente e no ativo circulante. Quanto mais investimentos forem realizados em ativos permanentes, menor será a parcela de recursos próprios para se investir em ativo circulante, o que acarreta em uma dependência maior por capitais de terceiros para financiar as operações.

O quadro 16 demonstra a fórmula para se calcular a imobilização de capital próprio.

Quadro 16 – Imobilização de Capital Próprio

$\text{Imobilização de Capital Próprio} = \text{Investimento} + \text{Imobilizado} + \text{Intangível/PL}$
--

Fonte: Adaptado de Hoji (2014)

Desse modo, quanto menos recursos forem investidos em ativo permanente, mais recursos a empresa terá disponível para usar no giro dos negócios.

2.5.9 EBITDA

O *EBITDA* (*Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é um indicador financeiro que demonstra se a empresa é capaz de gerar caixa operacional. Para Ludícibus (2009, p.238), este índice “é uma medida essencialmente operacional, desconsidera os efeitos dos resultados financeiros, assim revelando o potencial da empresa para geração de caixa operacional”.

Segundo Hoji (2014), o *EBITDA* é o indicador que melhor expressa a geração de caixa operacional na opinião dos analistas financeiros, por considerar em seu cálculo somente os resultados operacionais que influenciam o caixa, sem contar com as despesas operacionais como depreciação, amortização e exaustão, resultado de equivalência patrimonial, despesas e receitas financeiras, e também impostos sobre o lucro.

Nesse aspecto, esse indicador evidencia a genuína capacidade

operacional de formar caixa de uma entidade ou a eficiência financeira proveniente das estratégias operacionais aplicadas. Portanto, quanto maior o índice, mais eficiente se mostra a geração de caixa derivada das operações e melhor a capacidade de remunerar aos proprietários o capital e os investimentos apresentada pelo estabelecimento (ASSAF NETO, 2015).

No quadro 17, tem-se um exemplo de cálculo do *EBITDA*, comparado ao DRE pelo autor.

Quadro 17 – DRE x EBTIDA

DRE	EBITDA
Receita Bruta	Receita Bruta
Deduções Receita Bruta	Deduções Receita Bruta
Receita Líquida	Receita Líquida
CMV	CMV
Lucro Bruto	Lucro Bruto
Despesas Operacionais	Despesas Operacionais
	(=) EBITDA
Depreciação	Depreciação
Receita Financeira	Receita Financeira
Despesas Financeiras	Despesas Financeiras
Lucro Bruto	Lucro Bruto
IR + CSSL	IR + CSSL
Lucro Líquido	Lucro Líquido

Fonte: Adaptado de Iudícibus (2009)

Pode-se observar que o *EBITDA* apresenta a estrutura da demonstração de resultados, partindo da receita bruta, contudo seu resultado é obtido após o lucro bruto, descontando-se apenas as despesas operacionais.

2.6 ANÁLISE DE CAPITAL DE GIRO

As empresas necessitam de recursos para desenvolverem as atividades operacionais diárias e cumprir com as suas obrigações. Nesse contexto, a administração do capital de giro é muito importante para o gerenciamento financeiro dos negócios e para contribuir com o retorno econômico dos investimentos.

Hoji (2014, p. 107) explica que “o capital de giro é conhecido também como capital circulante e corresponde aos recursos aplicados em ativos circulantes, que se transformam constantemente dentro do ciclo operacional”.

Assaf Neto e Siva (2002) referem-se à administração de capital de giro como sendo a administração das contas dos componentes de giro, ou seja, dos

ativos e passivos circulantes, e das relações entre os mesmos. Com isso, são analisados essencialmente os níveis adequados de estoque a serem sustentados, os investimentos em créditos concedidos a clientes, o gerenciamento do caixa e a composição dos passivos correntes, de acordo com os objetivos da empresa, e mantendo certo nível de rentabilidade e liquidez.

Portanto, entende-se que o estudo do capital de giro é fundamental para que as empresas mantenham-se saudáveis financeiramente e rentáveis.

2.6.1 Prazo Médio de Recebimento das Vendas – PMRV

O prazo médio de recebimento das vendas evidencia em dias o prazo médio que a empresa leva para receber de seus clientes os produtos vendidos ou os serviços prestados. Reis (2003, p. 143) diz que “esse cálculo mostra o número de dias que decorrem entre a venda da mercadoria e recebimento do valor correspondente”.

Segundo Assaf Neto (2015), o PMRV indica o tempo médio de recebimento do produto vendido, ou seja, o prazo esperado pela empresa para receber as vendas concretizadas.

Conforme o quadro 18, demonstra-se a fórmula para calcular o prazo médio de recebimento de vendas.

Quadro 18 – Prazo Médio de Recebimento das Vendas – PMRV

$\text{PMRV} = \frac{\text{Saldo Médio de Contas a Receber} - \text{Devoluções e Abatimentos}}{\text{RB}} \times 365$

Fonte: Adaptado de Hoji (2014)

Dessa forma, esse indicador aponta a política de crédito conferida aos clientes, no sentido de que quanto menor melhor para a empresa, pois diminui a necessidade por capital giro.

2.6.2 Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores – PMPF

O prazo médio de pagamento revela o tempo médio que a empresa leva para pagar seus fornecedores a prazo. Segundo Reis (2003, p. 147), esse índice “indica o número de dias que decorrem entre a compra da mercadoria e o

pagamento ao fornecedor”.

Perez Júnior e Begalli (2002) afirmam que esse índice calcula o prazo médio de pagamento das compras que foram adquiridas ao longo do período. Completam dizendo que de modo geral quanto maior esse indicador, melhor para a empresa.

Para se calcular o prazo médio de pagamento a fornecedores aplica-se a fórmula, conforme o quadro 19.

Quadro 19 – Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores – PMPF

$\text{PMPF} = \text{Saldo Médio de Fornecedores} / \text{Compras Brutas} \times 365$

Fonte: Adaptado de Hoji (2014)

Portanto, para fins de análise, quanto maior esse índice melhor. Devendo ser no mínimo maior que o prazo médio de recebimento das vendas para que a empresa encontre-se em condição financeira favorável.

2.6.3 Prazo Médio de Estocagem – PME

O prazo médio de estocagem exhibe o tempo em dias que a empresa leva para vender seus produtos. Reis (2003, p. 141) comenta que “o giro dos estoques (número de dias) mostra o número de dias que decorreram entre a compra da mercadoria e a sua venda”.

Para Assaf Neto (2015), o PME revela o tempo médio gasto desde a compra do material até a sua utilização na produção, ou seja, o tempo médio em dias que a matéria-prima permanece parada no estoque esperando pelo seu consumo no processo produtivo.

Para se obter o cálculo do prazo médio de estocagem, utiliza-se a fórmula seguinte, demonstrada no quadro 20.

Quadro 20 – Prazo Médio de Estocagem – PME

$\text{PME} = \text{Saldo Médio de Estoques} / \text{Custos dos Produtos Vendidos} \times 365$
--

Fonte: Adaptado de Hoji (2014)

Assim, o PME permite conhecer o tempo que o material permanece

estocado, pois, quanto maior for o prazo, menor a necessidade de capital de giro.

2.6.3 Ciclo Operacional

O ciclo operacional trata-se do período que engloba a data da compra do bem até o recebimento da sua venda. Dessa forma, Assaf Neto e Silva (2002, p. 19) citam:

É no entendimento deste processo que se identifica, de forma natural e repetitiva, o *ciclo operacional* da empresa, que inicia na aquisição da matéria-prima para produção – caso de uma empresa industrial – e se finaliza no recebimento pela venda do produto final. Em outras palavras, o ciclo operacional incorpora sequencialmente todas as fases operacionais presentes no processo empresarial de produção-venda-recebimento [...]

Matarazzo (2010) descreve que o ciclo operacional evidencia o prazo de investimento. Paralelamente a este ciclo se dá o financiamento concedido pelos fornecedores, que inicia no ato da compra. Sendo que até momento de pagar os mesmos, a empresa não precisa preocupar-se com o financiamento. Caso o prazo médio de pagamento das compras seja maior que o prazo médio de renovação dos estoques, demonstra que os fornecedores também estão financiando uma parte das vendas.

A seguir, no quadro 21, tem-se a fórmula de cálculo do ciclo operacional.

Quadro 21 – Ciclo Operacional

$\text{Ciclo Operacional} = \text{PME} + \text{PMRV}$

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010)

Para tanto, verifica-se que o ciclo operacional envolve a adição dos prazos médios, Prazo Médio de Estocagem e Prazo Médio de Recebimento de Vendas, ou seja, o prazo decorrido entre a compra e o recebimento da venda da mercadoria.

2.6.4 Ciclo Financeiro

O ciclo financeiro compreende o período entre a data de pagamento do fornecedor e o recebimento da venda da mercadoria.

Matarazzo (2010, p. 268) diz que:

O tempo decorrido entre o momento em que a empresa coloca o dinheiro (pagamento ao fornecedor) e o momento em que recebe as vendas (recebimento do cliente) é o período em que a empresa precisa arrumar financiamento. É o Ciclo de Caixa, também chamado de Ciclo Financeiro.

Em outras palavras, o ciclo de caixa calcula o espaço de tempo que a empresa precisa para financiar as suas atividades. Entretanto, ocorrendo descontos dos títulos relativos às vendas a prazo, o ciclo financeiro e também a necessidade de caixa são reduzidos pelo prazo operacional (ASSAF NETO E SILVA, 2002).

Segundo Assaf Neto (2015), o ciclo financeiro é apurado pela diferença entre o número de dias do ciclo operacional e do prazo médio de pagamento a fornecedores. O autor ainda explica que quanto mais eficiente for a gestão do ciclo de caixa, melhor será à empresa, pois a dependência por empréstimos reduzirá.

Apresenta-se a fórmula para se calcular o ciclo financeiro no quadro 22.

Quadro 22 – Ciclo Financeiro

$\text{Ciclo Financeiro} = \text{Ciclo Operacional} - \text{PMPF}$
--

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015)

Verifica-se que quanto maior o ciclo financeiro, pior será para a empresa, representando maior tempo de utilização de financiamento, que resulta em maiores custos.

2.6.7 Capital Circulante Líquido – CCL

O capital circulante líquido refere-se à diferença entre os ativos circulantes e os passivos circulantes de uma organização. Assaf Neto e Silva (2002, p. 16) destacam que “reflete a folga financeira da empresa e, dentro de um conceito mais rigoroso, o CCL representa o volume de recursos de longo prazo (exigibilidades e patrimônio líquido) que se encontra financiando os ativos correntes (de curto prazo)”.

Para Vieira (2005), o CCL corresponde ao valor monetário obtido pela diferença entre os recursos disponíveis e as obrigações vencíveis a curto prazo, que abrange a medida de folga financeira da empresa para cumprir com seus compromissos com terceiros, dos quais estão registrados no passivo circulante.

Se positivo, representa que a empresa possui mais aplicações que financiamentos no curto prazo. Significa que o passivo circulante está financiando parte do ativo circulante, enquanto o restante é financiado por passivos de longo prazo ou pelo patrimônio líquido (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

De acordo com Assaf Neto (2015), com o objetivo de manter um equilíbrio financeiro, o destino dos recursos de terceiros de curto prazo devem ser exclusivamente em aplicações em ativos circulantes de curta duração, que apresentam a característica de permanecer em constante transformação. Esses recursos estão registrados no passivo circulante, por meio de duplicatas a pagar, empréstimos bancários e demais exigibilidades de curto prazo.

Tem-se a fórmula para calcular o CCL no quadro 23 a seguir.

Quadro 23 – Capital Circulante Líquido

$\text{CCL} = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$
--

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2014)

Constata-se com os argumentos, que se a empresa apresentar um CCL positivo expressa que recursos a longo prazo estão investidos em ativos de curto prazo. Em contrário, quando o capital circulante líquido é negativo, significa que existem aplicações a longo prazo sendo financiados com recursos a curto prazo.

2.6.7 Necessidade de Capital de Giro – NCG

Pode-se definir a necessidade de capital de giro como o fator determinante da administração financeira das organizações, contemplando na diferença entre os ativos operacionais e passivos operacionais.

Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 153) afirmam que, “a Necessidade de Capital de Giro representa a parte o ativo operacional que não é financiada por passivos operacionais, devendo ser financiada por passivos financeiros de curto prazo ou por passivos não circulantes [...]”.

Conforme Matarazzo (2010), o ativo operacional é o investimento que provém automaticamente das atividades de compra, produção, estocagem, venda, enquanto, o passivo operacional é o financiamento, também automático, que advém dessas atividades.

Calcula-se a necessidade de capital de giro de acordo com o quadro 24.

Quadro 24 – Necessidade de Capital de Giro

$\text{NCG} = \text{Ativo Operacional} - \text{Passivo Operacional}$
--

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010)

Assim, quando o ativo operacional for maior que passivo operacional, significa que a empresa necessita de capital de giro, devendo encontrar outras fontes adequadas de financiamentos como recorrer a empréstimos. No caso dos financiamentos operacionais forem maiores que os investimentos, significa que existe sobra de recursos das atividades operacionais que podem ser empregados em aplicações financeiras (MATARAZZO, 2010).

Para Assaf Neto e Silva (2002), quando a empresa apresenta um fluxo de saídas de caixa mais rápida que o das entradas, ocorre que os pagamentos estão efetuando-se antes das vendas, o que acarreta uma necessidade constante de investimentos em giro. Ao contrário, se a necessidade de capital de giro for negativa, denota que os passivos operacionais estão financiando não apenas os ativos circulantes, mas também outros ativos.

Diante do exposto, conclui-se que quanto menor a NCG melhor para o empreendimento, pois reduz a necessidade de buscar por empréstimos, que são as grandes causas de aumento no custo das atividades.

2.6.9 Saldo em Tesouraria – ST

Obtém-se o saldo em tesouraria pela diferença entre os ativos financeiros e os passivos financeiros. Ou seja, o ST também é definido pelo capital circulante líquido deduzido da necessidade de capital de giro.

Souza (2014) explica que os itens circulantes (ativos e passivos) contidos no balanço patrimonial podem ser segmentados em operacionais e não operacionais (financeiros). Dessa forma, para se calcular o saldo em tesouraria, deve-se identificar o ativo não operacional (ACÑO) ou ativo financeiro e subtrair o passivo não operacional (PCÑO) ou passivo financeiro.

Marques e Braga (1995 apud MARTINS, MIRANDA E DINIZ, 2014) destacam que caso positivo, evidencia que a empresa apresentará recursos

disponíveis para garantir a liquidez no curtíssimo prazo. Caso negativo, pode apontar dificuldades financeiras, principalmente se a situação continuar a se repetir.

O quadro 25 mostra a fórmula para se medir o saldo em tesouraria.

Quadro 25 – Saldo em Tesouraria

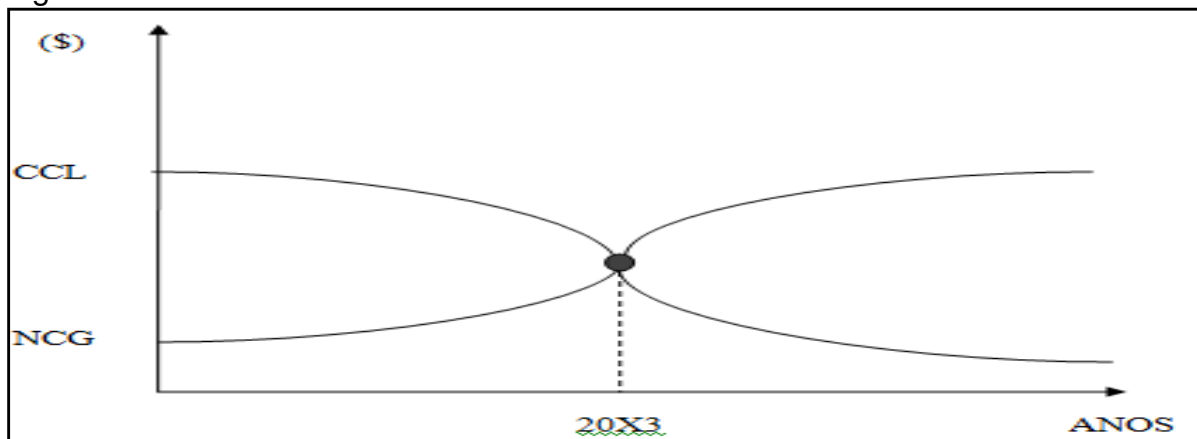
$$ST = CCL - NCG$$

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2014)

Quando uma empresa demonstra por exercícios seguidos um aumento do NCG superior ao CCL, diz-se que a mesma convive com o chamado efeito tesoura, indicando um crescente saldo disponível negativo. Revelando a incapacidade do estabelecimento em financiar adequadamente os investimentos operacionais em giro. O efeito tesoura pode ocorrer por vários motivos, dentre os quais o crescimento elevado da atividade empresarial, desvios para imobilizações de recursos do giro e inflação (ASSAF NETO, 2015).

Apresenta-se o efeito tesoura por meio da figura 1 a seguir.

Figura 1 – Efeito Tesoura



Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015)

Para tanto, quando o saldo em tesouraria for positivo, diz-se que há folga financeira para que a empresa consiga financiar o NCG. Em contrapartida, se o saldo de tesouraria for negativo, a entidade necessita buscar por novos investimentos a curto prazo para conseguir financiar os seus compromissos.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo. Inicialmente, descreve-se o enquadramento metodológico. Em seguida, demonstram-se os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Todo trabalho científico requer algumas técnicas e meios metodológicos para sua realização. Para Vianna (2001, p. 95), a “metodologia é definida como a ciência que estuda os métodos, as sistemáticas e os procedimentos para atingir um fim proposto ou resolver problemas”.

A respeito da tipologia de pesquisa, quanto à abordagem do problema, utiliza-se a quantitativa e a qualitativa dos dados, pois toma como base os relatórios contábeis emitidos pela empresa, extraindo números que são analisados, a fim de coletar informações que expliquem o seu desempenho atual. Para Goldenberg (2004, p. 63):

Enquanto os métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecerão dados que podem ser generalizáveis, os métodos qualitativos poderão observar, diretamente, como cada indivíduo, grupo ou instituição experimenta, concretamente, a realidade da pesquisa.

Em relação aos objetivos, este estudo caracteriza-se como descritivo, pois segundo Gil (1999), pretende-se descrever as características de determinada população ou fenômeno, como também estabelecer relações entre variáveis. Desta forma, esta pesquisa descreve o que as informações geradas pela análise das demonstrações contábeis podem contribuir à gestão de uma empresa comercial do ramo agropecuário no seu processo de tomada de decisão, bem como compara os dados obtidos com a análise.

Ainda quanto aos objetivos, classifica-se como explicativa, pois consiste em explicar a razão pela qual a empresa apresentou os resultados demonstrados com a análise dos demonstrativos contábeis. Gil (1999) ressalta que esse tipo de pesquisa visa identificar os fatores determinantes da ocorrência dos fatos ou fenômenos, buscando explicar o porquê das coisas.

Quanto aos procedimentos, foi efetuada uma pesquisa bibliográfica que deu o embasamento para o estudo, buscando-se apresentar a estrutura dos principais demonstrativos gerados pela contabilidade e alguns métodos de análises que foram aplicados às demonstrações da empresa, do ponto de vista de alguns autores. Também se caracteriza do tipo documental, devido ao emprego dos relatórios contábeis da organização para coleta dos dados. Segundo Gil (1999), a principal diferença entre os dois tipos de pesquisa expostos é que a bibliográfica se utiliza de contribuições de diversos autores acerca do assunto, enquanto à pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados conforme os objetivos do trabalho.

Ainda classifica-se como um estudo de caso, visto que se pretendeu estudar profundamente os fatores e fenômenos determinantes do estado atual da empresa em detalhes.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para efetuar o diagnóstico sobre o que as informações trazidas pela análise das demonstrações contábeis podem gerar no processo de gestão da instituição objeto do estudo, foram necessários explorar diversos livros e obras científicas para se conseguir base para o desenvolvimento da pesquisa. Para, posteriormente, efetuar a análise das principais demonstrações geradas pela contabilidade da empresa, por meio da aplicação de métodos verticais e horizontais, além do emprego de indicadores econômico-financeiros.

4 ESTUDO DE CASO

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o que a análise das demonstrações financeiras pode contribuir no processo de gestão de uma empresa comercial agropecuária de Forquilha, SC. Para tanto, foram coletadas informações junto à administração do estabelecimento para se avaliar a real condição atual da mesma. Inicia-se com a caracterização da empresa, para a posterior aplicação das análises. Estas se concentram nos demonstrativos contábeis elaborados nos anos de 2013, 2014 e 2015.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

Para fins desta pesquisa, a empresa objeto do estudo será tratada com o nome fictício de Empresa X. Constituída sob a forma de Sociedade por Quotas Limitada, foi fundada no ano de 2007, no município de Forquilha, pela vontade de três sócios que ainda permanecem na atual sociedade. Tendo como atividade principal o comércio atacadista e varejista de produtos agropecuários, além da assistência técnica especializada no segmento.

O motivo que os impulsionou a constituir o negócio foi a formação técnica e a experiência adquirida pelos proprietários atuando por vários anos em empresas do mesmo setor.

O público-alvo da organização são produtores rurais, principalmente, de grãos do arroz, da soja, do milho e do feijão, seguido da produção de leite, que são as culturas com maior força na região. Atendendo a clientes estabelecidos em Forquilha/SC e municípios vizinhos. O mercado ao qual está inserida apresenta um grande potencial agrícola. Portanto, é este ambiente propício ao agronegócio que favorece o surgimento da concorrência. Tratando-se de um setor bastante concorrido na área territorial em que atua. Atualmente, a empresa vem expandindo suas vendas a clientes estabelecidos no Rio Grande do Sul.

A empresa conta com a participação de seis colaboradores que desempenham todas as atividades do comércio. Um dos sócios é responsável pela administração do negócio, pelas compras de maior volume e pelo setor financeiro. Enquanto outro sócio e mais um funcionário realizam as vendas de campo e prestam a assistência técnica agrícola. O último sócio somente participa das decisões

estratégicas da empresa, não atuando diretamente nas operações. Os demais funcionários são encarregados pela manutenção do local, pelas vendas de balcão e pelas entregas de menor volume, porém as entregas de maior volume são terceirizadas. Os serviços contábeis do estabelecimento são realizados por escritório terceirizado.

4.2 PRODUTOS E SERVIÇOS

A empresa oferta produtos destinados principalmente à agricultura e à pecuária, que vão desde o plantio, no caso dos insumos e das sementes, além da assistência técnica atrelada à venda dos respectivos produtos.

Os grupos fundamentais de produtos oferecidos pela empresa podem ser segmentados em determinadas linhas: Veterinária, Pet Shop, Ração Animal, Defensivos, Fertilizantes, Sementes, Ferramentas, Selaria, Jardinagem, Máquinas de Pequeno Porte, Implementos Agrícolas, Uso Pessoal, Ferragens, entre outros.

4.3 FORMA DE TRIBUTAÇÃO

A empresa tem como atual modalidade de tributação o Lucro Real, por observar em seus resultados que obteria maior economia financeira e econômica se optasse por este regime. Logo, o Regulamento do Imposto de Renda, o Decreto nº 3.000/99, no art. 247, esclarece que “Lucro Real é lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Decreto.”

4.4 ETAPAS DO ESTUDO

Após uma breve exposição das características da organização, nesta seção serão apresentadas as análises realizadas com os demonstrativos financeiros elaborados pela empresa nos últimos três anos. Inicialmente, demonstram-se as análises horizontais e verticais do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício. Adiante, apresenta-se a Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Modelo Indireto. Ao final, as análises dos indicadores econômico-financeiros e as conclusões obtidas com o conjunto de dados utilizados nesta pesquisa.

4.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os dados coletados foram disponibilizados pelo próprio sócio e administrador da empresa. Por meio do Balanço Patrimonial, da DFC e da DRE será realizada uma análise financeira e econômica, demonstrando o seu desempenho durante os anos de 2013, 2014 e 2015.

4.5.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem o propósito de mostrar a situação patrimonial e financeira da empresa em determinado momento. Com base na análise do triênio 2013-2015, em seguida apresentam-se as análises vertical e horizontal das principais contas do ativo, conforme a tabela 1.

TABELA 1- Análise Vertical/Horizontal do Ativo

DESCRIÇÃO	2013	AV%	2014	AV%	AH%	2015	AV%	AH%
					2013/2014			2014/2015
ATIVO	2.165.481,43	100,00%	2.453.815,63	100,00%	13,32%	4.894.381,66	100,00%	99,46%
CIRCULANTE	2.129.243,52	98,33%	2.391.406,63	97,46%	12,31%	4.854.954,27	99,19%	103,02%
Disponibilidades	745.330,59	34,42%	326.036,01	13,29%	-56,26%	418.037,20	8,54%	28,22%
Clientes	985.588,85	45,51%	1.720.915,16	70,13%	74,61%	3.267.892,91	66,77%	89,89%
Adiant. a Fornecedores	18.737,00	0,87%	-	-	-	54,68	0,00%	-
Tributos a Recuperar	37.941,75	1,75%	59.077,08	2,41%	55,70%	154.777,08	3,16%	161,99%
Estoques	338.979,30	15,65%	283.215,38	11,54%	-16,45%	1.012.331,56	20,68%	257,44%
Despesas Ex. Seguinte	2.666,03	0,12%	2.163,00	0,09%	-18,87%	1.860,84	0,04%	-13,97%
NÃO CIRCULANTE	36.237,91	1,67%	62.409,00	2,54%	72,22%	39.427,39	0,81%	-36,82%
Realizável a Longo Prazo	11.500,00	0,53%	12.700,00	0,52%	10,43%	2.200,00	0,04%	-82,68%
Investimentos	1.066,29	0,05%	1.191,29	0,05%	11,72%	1.868,37	0,04%	56,84%
Imobilizado	23.671,62	1,09%	48.517,71	1,98%	104,96%	35.359,02	0,72%	-27,12%

Fonte: Elaborado pela autora

Pode-se observar verticalmente que a conta que apresenta maior destaque do ativo é a de clientes, representando 45,51% em 2013, passando a representar 70,13% em 2014 e 66,77% em 2015. Analisando as disponibilidades da empresa, percebe-se que a participação do caixa e equivalentes de caixa, segue decaindo ao longo do período, partindo de 34,42% em 2013, passando para 13,29% em 2014 e chegando a 8,54% em 2015. O que demonstra que a empresa pode encontrar dificuldades para cumprir com as suas obrigações de curto prazo, sendo necessário recorrer a empréstimos. O que acarreta em mais custos para o estabelecimento.

Na análise horizontal, as contas que merecem destaque são: As disponibilidades que declinaram 56,26% em 2014, voltando a crescer 28,22% em 2015. A conta clientes que cresceu 74,61% em 2014 e 89,89% em 2015, em virtude da majoração nas vendas nos respectivos períodos. Com isso, os tributos a recuperar também subiram, crescendo 55,70% em 2014 e 161,99% em 2015.

Além disso, os estoques aumentaram consideravelmente de 2014 para 2015, variando 257,44%. Dessa forma, constata-se que o estabelecimento necessita manter certa reserva de mercadoria estocada a fim de satisfazer o possível aumento na procura pelos produtos ofertados, ou não está alcançando as metas de venda traçadas para o período. Ademais, o imobilizado cresceu 104,96% de 2013 para 2014, com a aquisição de novo veículo.

A seguir, pretende-se analisar o passivo e o patrimônio líquido da empresa, por meio da tabela 2.

TABELA 2 - Análise Vertical/Horizontal do Passivo

DESCRIÇÃO	2013	AV%	2014	AV%	AH%	2015	AV%	AH%
					2013/2014			2014/2015
PASSIVO	2.165.481,43	100,00%	2.453.815,63	100,00%	13,32%	4.894.381,66	100,00%	99,46%
CIRCULANTE	1.872.436,90	86,47%	2.045.180,72	83,35%	9,23%	4.389.870,69	89,69%	114,64%
Obrigações Trabalhistas	7.501,20	0,35%	12.256,28	0,50%	63,39%	13.378,06	0,27%	9,15%
Obrigações Fiscais	2.314,69	0,11%	3.122,14	0,13%	34,88%	11.086,07	0,23%	255,08%
Fornecedores	1.285.301,22	59,35%	1.522.326,85	62,04%	18,44%	4.085.227,95	83,47%	168,35%
Adiantamentos de Clientes	348.526,30	16,09%	148.828,90	6,07%	-57,30%	6.645,85	0,14%	-95,53%
Contas a Pagar	10.444,40	0,48%	6.310,55	0,26%	-39,58%	13.982,45	0,29%	121,57%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	218.349,09	10,08%	352.336,00	14,36%	61,36%	259.550,31	5,30%	-26,33%
NÃO CIRCULANTE	5.217,89	0,24%	60.822,72	2,48%	1065,66%	-	0,00%	-100,00%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	5.217,89	0,24%	60.822,72	2,48%	1065,66%	-	0,00%	-100,00%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	287.826,64	13,29%	347.812,19	14,17%	20,84%	504.510,97	10,31%	45,05%
Capital Social	60.000,00	2,77%	60.000,00	2,45%	0,00%	60.000,00	1,23%	0,00%
Lucros/Prejuízos Acumulados	227.826,64	10,52%	287.812,19	11,73%	26,33%	444.510,97	9,08%	54,44%

Fonte: Elaborado pela Autora

Analisando verticalmente pode-se notar que a conta que apresenta maior participação do passivo é a de fornecedores, representando 59,35% em 2013, 62,04% em 2014 e 83,47% em 2015. O que expressa que as atividades operacionais da empresa estão sendo financiadas em sua maioria por seus fornecedores de curto prazo. Dos empréstimos adquiridos, os de curto prazo correspondem a 10,08%, 14,36% e 5,30%, sucessivamente.

Horizontalmente, as contas que apresentam maior destaque são: Os

impostos e as contribuições a recolher que cresceram 34,88% em 2014 e 255,08% em 2015. Os fornecedores que variaram 18,44% em 2014, crescendo consideravelmente 168,35% em 2015, o que é justificado pela alta dos estoques nestes períodos. Os empréstimos de longo prazo que aumentaram 1065,65% de 2013 para 2014, no entanto em 2015 foram quitados integralmente.

4.5.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A DRE tem a finalidade de demonstrar o resultado econômico alcançado pela empresa em um período de tempo. Na tabela 03, apresentam-se os valores referentes às análises vertical e horizontal, quanto ao triênio 2013-2015.

Tabela 3: Análise Vertical/Horizontal da DRE

DESCRIÇÃO	2013	%AV	2014	%AV	%AH	2015	%AV	%AH
					2013/2014			2014/2015
Receita Bruta de Vendas	3.738.143,87	102,19%	4.901.186,10	103,83%	31,11%	7.003.316,02	103,03%	42,89%
Venda de Mercadorias	3.738.143,87	102,19%	4.901.186,10	103,83%	31,11%	7.003.316,02	103,03%	42,89%
(-) Deduções	-80.037,77	-2,19%	-180.772,96	-3,83%	125,86%	-206.283,90	-3,03%	14,11%
Devoluções, Descontos e Abatimentos	-41.047,59	-1,12%	-124.866,96	-2,65%	204,20%	-162.455,36	-2,39%	30,10%
Impostos e Contribuições sobre Vendas	-38.990,18	-1,07%	-55.906,00	-1,18%	43,38%	-43.828,54	-0,64%	-21,60%
Receita Líquida	3.658.106,10	100,00%	4.720.413,14	100,00%	29,04%	6.797.032,12	100,00%	43,99%
(-) Custos das Mercadorias Vendidas	-3.232.736,62	-88,37%	-4.236.697,91	-89,75%	31,06%	-6.166.403,97	-90,72%	45,55%
Lucro Bruto	425.369,48	11,63%	483.715,23	10,25%	13,72%	630.628,15	9,28%	30,37%
(+/-) Receitas e Despesas Operacionais	-345.382,62	-9,44%	-370.227,59	-7,84%	7,19%	-430.161,36	-6,33%	16,19%
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	-	17.947,03	0,26%	-
Despesas Administrativas	-226.623,34	-6,20%	-228.899,88	-4,85%	1,00%	-279.852,67	-4,12%	22,26%
Despesas Comerciais	-118.759,28	-3,25%	-141.327,71	-2,99%	19,00%	-168.255,72	-2,48%	19,05%
Resultado Operacional Líquido	79.986,86	2,19%	113.487,64	2,40%	41,88%	200.466,79	2,95%	76,64%
(+/-) Receitas e Despesas Financeiras	3.533,41	0,10%	-34.559,29	-0,73%	-1078,07%	5.165,18	0,08%	114,95%
Receitas Financeiras	52.002,01	1,42%	26.720,75	0,57%	-48,62%	85.389,65	1,26%	219,56%
Despesas Financeiras	-48.468,60	-1,32%	-61.280,04	-1,30%	26,43%	-80.224,47	-1,18%	30,91%
Receitas e Despesas Não operacionais	-	-	-	-	-	550,63	0,01%	-
Receitas Não Operacionais	-	-	-	-	-	550,63	0,01%	-
Resultado Antes do IR e da CSLL	83.520,27	2,28%	78.928,35	1,67%	-5,50%	206.182,60	3,03%	161,23%
(-) Provisão para IR e CSLL	-20.061,21	-0,55%	-18.942,80	-0,40%	-5,57%	-49.483,82	-0,73%	161,23%
CSLL	-7.522,95	-0,21%	-7.103,55	-0,15%	-5,57%	-18.556,43	-0,27%	161,23%
IRPJ	-12.538,26	-0,34%	-11.839,25	-0,25%	-5,58%	-30.927,39	-0,46%	161,23%
Lucro Líquido do Exercício	63.459,06	1,73%	59.985,55	1,27%	-5,47%	156.698,78	2,31%	161,23%

Fonte: Elaborado pela Autora

Pode-se constatar com a análise vertical que os custos têm participação elevada em relação à receita líquida da organização, representando 88,37% em 2013, crescendo para 89,75% em 2014 e passando para 90,72% em 2015. Isso se deve à alta competitividade do setor ao qual está inserida, que faz com que as

margens dos preços de venda sejam reduzidas para atender a demanda de mercado. A consequência dos custos elevados afeta o seu lucro bruto, obrigando a empresa a conduzir suas atividades gerando o mínimo de despesas possíveis para que consiga apresentar resultado líquido positivo.

Analisando horizontalmente, percebe-se que a empresa vem aumentando sua receita bruta a cada ano, crescendo 31,11% em 2014 e 42,89% em 2015. No entanto, os custos subiram na proporção das vendas, sendo que em 2015 superaram o percentual de aumento das receitas, variando 45,55%.

Ademais, destaca-se que os impostos sobre a receita cresceram 43,38% em 2014, em virtude do aumento das próprias vendas, com a colaboração das vendas para fora do estado de produtos que são isentos de ICMS dentro do estado, mas com saída tributada para fora deste. No entanto, em 2015, houve queda de 21,60%, mesmo com o avanço das vendas. Deve-se ao aumento da comercialização de produtos isentos dentro do estado e a redução das vendas para fora deste.

Salienta-se ainda que o resultado financeiro apresentou queda de 1078,07% em 2014, em virtude do aumento nas despesas financeiras e na queda das receitas financeiras, recuperando-se em 2015, com crescimento de 114,95%.

O estabelecimento melhorou seu resultado operacional em 41,88% em 2014 e 76,64% em 2015, porém o lucro líquido não acompanhou o crescimento em 2014, caindo 5,47%, atribuído pela diminuição do resultado financeiro. Superando este déficit em 2015, ultrapassando 161,23%. Pois embora o custo tenha aumentado, a empresa conseguiu reduzir a participação das suas despesas operacionais com relação à receita líquida. Enquanto a variação do IR e da CSLL de 161,23% em 2015 deu-se pelo aumento nos resultados auferidos no exercício.

4.5.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa permite obter informações relevantes acerca do comportamento financeiro da empresa no período. A seguir, apresenta-se o fluxo de caixa elaborado pelo método indireto, referente aos anos de 2014 e 2015, demonstrados na tabela 4.

Tabela 4: Fluxo de Caixa Indireto

	2014	2015
Lucro Líquido do Exercício	59.985,55	156.698,78
(+) Depreciação	20.201,86	13.168,3
(=) Lucro que afeta o Caixa	80.187,41	169.867,08
VARIAÇÕES DE CIRCULANTES	(642.700,78)	65.929,21
Variações de Clientes	(735.326,31)	(1.546.977,75)
Variação de Créditos de Impostos	(21.135,33)	(95.700,00)
Variação de Estoques	55.763,92	(729.116,18)
Variação de Outros Ativos	19.240,03	247,48
Variação de Fornecedores	237.025,63	2.562.901,10
Variação de Obrigações Trabalhistas	4.755,08	1.121,78
Variação de Obrigações Fiscais	807,45	7.963,93
Variação de Outros Passivos	(203.831,25)	(134.511,15)
Caixa Líquido das Atividades	(562.513,37)	235.796,29
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(46.372,95)	9.813,31
Aquisição de Novos Investimentos	(1.325,00)	9.822,92
Aquisição de Imobilizado	(45.047,95)	(9,61)
Distribuição de Lucros/Dividendos	-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	189.591,74	(153.608,41)
Empréstimos e Financiamentos	189.591,74	(153.608,41)
RESULTADO FINAL DO CAIXA	(419.294,58)	92.001,19
(+) Saldo Inicial de Caixa	745.330,59	326.036,01
(=) Saldo Final de Caixa	326.036,01	418.037,20

Fonte: Elaborado pela Autora

Pode-se observar que a empresa apresentou caixa líquido negativo com as operações em 2014, obrigando a empresa a suprir esta deficiência adquirindo novos empréstimos, o que não foi suficiente para atender a demanda das saídas de caixa. Dessa forma, o resultado final de caixa permaneceu negativo. Recorrendo à reserva financeira alcançada em período anterior para cumprir com as suas obrigações.

Contudo, em 2015, esse quadro reverteu-se, e o estabelecimento voltou a gerar caixa positivo com as atividades. O que reduziu a necessidade de procurar por novas alternativas de recursos. Apresentando saldo final de caixa positivo no exercício.

4.6 ANÁLISE DE DESEMPENHO

Busca-se nesta seção analisar o desempenho da empresa estudada por

meio da análise de capital de giro, indicadores e *ebitda*.

4.6.1 Análise de Capital de Giro

Entende-se por capital de giro como o recurso necessário para financiar as atividades cotidianas de uma organização. A seguir, na tabela 5, apresenta-se a análise de capital de giro da empresa objeto de estudo.

Tabela 5 – Análise de Capital de Giro

ANÁLISE DE CAPITAL DE GIRO	2013	2014	2015
Capital Circulante Líquido	256.806,62	346.225,91	465.083,58
Necessidade de Capital de Giro	(270.174,88)	372.525,90	306.596,69
Saldo em Tesouraria (CCL-NCG)	526.981,50	(26.299,99)	158.486,89

Fonte: Elaborado pela Autora

Os dados apresentados acima demonstram que a empresa possui um capital circulante líquido positivo nos três anos. O que mostra que recursos de longo prazo estão financiando operações de curto prazo. Do mesmo modo, a necessidade de capital de giro também foi positiva nos anos de 2014 e 2015. Isso significa que há necessidade da entidade encontrar recursos externos em algum momento para ajudar a financiar as atividades nesses períodos.

Ao contrário, em 2013, a NCG apresentou-se negativa, apontando que neste período a organização possuía mais financiamentos operacionais que investimentos operacionais. Logo, indica sobra de recursos operacionais que poderiam ser aplicados no mercado financeiro ou em ativos permanentes. O saldo de tesouraria ficou negativo em 2014, evidenciando que parte da NCG foi financiada, aumentando os riscos de insolvência. Portanto, neste ano a empresa não conseguiu capital de giro suficiente, condizente com a sua necessidade, tendo que buscar recursos junto a instituições financeiras. No ano seguinte, o saldo de tesouraria volta a ficar positivo.

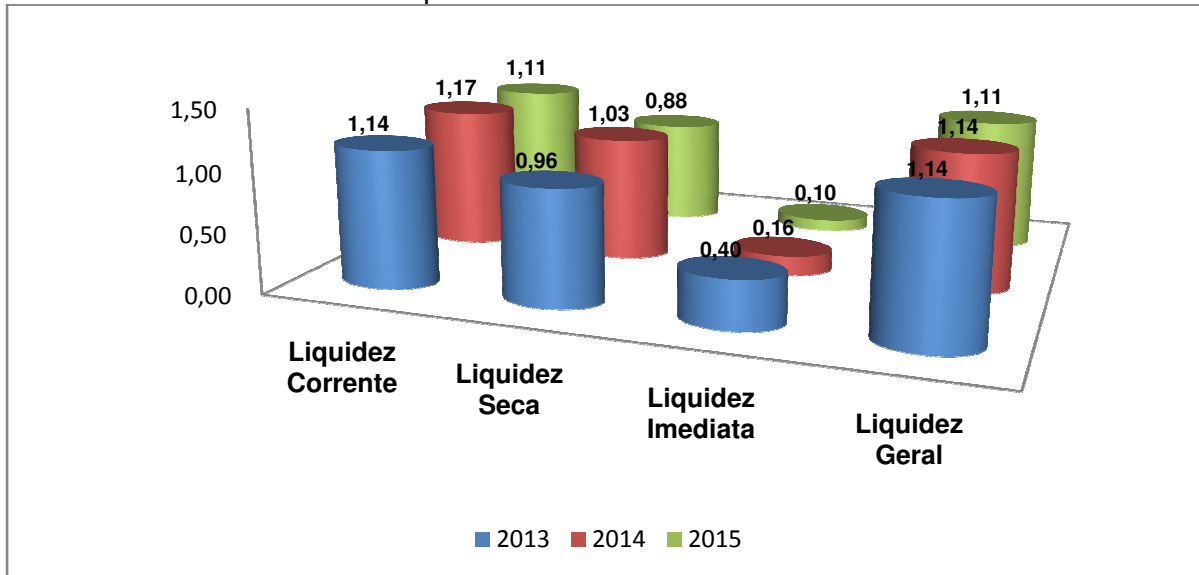
4.6.2 Indicadores

Por meio dos indicadores é possível obter números que evidenciam o desempenho de uma empresa. Os cálculos dos indicadores são elaborados com base nos demonstrativos contábeis. As análises foram aplicadas sobre as

demonstrações financeiras do empreendimento estudado, sendo demonstrados por meio de gráficos.

Abaixo, tem-se o gráfico 1 que apresenta os indicadores de liquidez.

Gráfico 1 – Indicadores de Liquidez



Fonte: Elaborado pela Autora

Analisando o gráfico acima, percebe-se que a liquidez corrente nos três exercícios foi satisfatória, indicando que o Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante. Significa que os investimentos de curto prazo são suficientes para cobrir a dívidas de curto prazo. Ainda permite uma folga de 14%, 17% e 11%, respectivamente, em 2013, 2014 e 2015.

Nota-se pelos indicadores de liquidez seca, que mesmo não considerando os estoques para medir a situação financeira da empresa, em 2014, demonstrou-se superior, apontando que para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo, apresenta R\$ 1,03 de ativo circulante. No entanto, nos outros anos este índice ficou abaixo do limite, representando que a entidade conseguia pagar 96% das dívidas de curto prazo em 2013, e em 2015, 88%, somente com demais ativos circulantes, sem levar em conta os estoques.

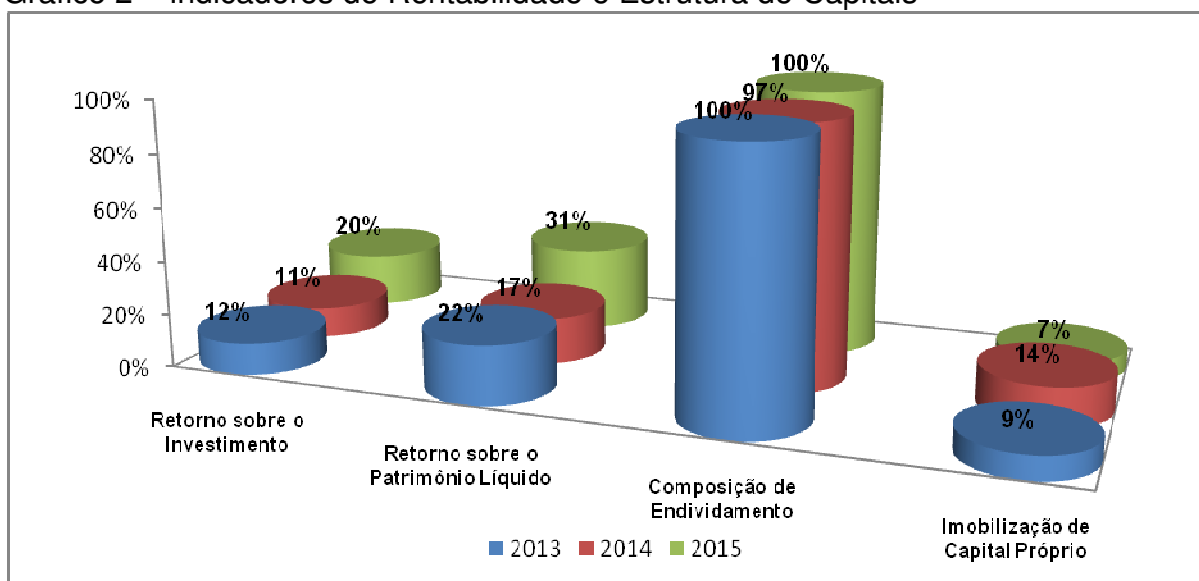
Em relação aos índices de liquidez imediata, observa-se que estes vêm decaindo ao longo dos anos, diminuindo as chances de a empresa saldar suas dívidas de curto prazo apenas com as disponibilidades. Ainda, expressa que a mesma pode encontrar dificuldades para cumprir com suas obrigações imediatas, devido à queda de dinheiro à sua disposição. Esta situação pode levá-la procurar

por novas alternativas de recursos, como os empréstimos, para ajudar nas finanças.

Em análise a liquidez geral, os índices acima indicam que para cada R\$ 1,00 de dívidas totais, a empresa possui R\$ 1,14, em 2013 e em 2014, e R\$ 1,11, em 2015, de investimentos, ou seja, a entidade consegue pagar todas as dívidas, e ainda dispõe de uma folga ou excedente que advém do capital próprio.

A seguir, serão analisados os demais indicadores, a fim de evidenciar a rentabilidade e a estrutura de capitais da organização, demonstrados no gráfico 2.

Gráfico 2 – Indicadores de Rentabilidade e Estrutura de Capitais



Fonte: Elaborado pela Autora

Por meio dos indicadores apresentados acima, é possível perceber com relação aos índices de retorno sobre o investimento, que para cada R\$ 100 reais investidos na empresa, por meio de passivos onerosos e capital próprio, o ano que apresentou maior retorno foi o de 2015, representando 20% do total investido nos ativos do estabelecimento. Em 2013 e 2014, o percentual foi de 12% e 11%, sucessivamente.

Em relação ao retorno sobre o patrimônio líquido, os indicadores demonstram que o ano que apresentou maior rendimento sobre o capital próprio foi o de 2015, com 31% para cada R\$ 100 investidos. Em 2013 e 2014, a empresa conseguiu lucrar a uma taxa de 22% e 17%.

Embora a rentabilidade tenha oscilado, verifica-se que nos três exercícios, a entidade obteve retorno a taxas superiores dos títulos do mercado financeiro. Segundo Matarazzo (2010), essa taxa varia entre 6%, e, normalmente, espera-se

que as empresas rendam acima dos títulos de renda fixa, pois os rendimentos de risco nada garantem a rentabilidade.

Ao analisar a composição de endividamento, tais índices apontam que a empresa possui todas as suas dívidas vencíveis no curto prazo em 2013 e 2015, somente em 2014 que o percentual foi de 97% para cada R\$ 100 de obrigações totais. Desse modo, constata-se que a organização pode encontrar problemas para honrar os compromissos com terceiros, pelo fato de necessitar gerar recursos a curto prazo, o que a obriga a recorrer às instituições financeiras, aumentando os encargos para a entidade.

Os índices de imobilização mostram que a empresa investiu em ativo permanente a importância equivalente a 9% do patrimônio líquido de 2013, subindo para 14% em 2014, e caindo para 7% de 2015. O aumento evidenciado em 2014 deu-se em função da aquisição de um novo imobilizado. Ao contrário, em 2015, a redução ocorreu pela desvinculação de algum bem, e também pelo acúmulo do lucro no período.

4.6.3 Prazos

Conforme as análises dos demonstrativos contábeis referentes ao triênio 2013/2015, a tabela 6 apresenta os prazos médios da empresa.

Tabela 6 – Prazos Médios da Atividade

PRAZOS MÉDIOS DA ATIVIDADE	2013	2014	2015
Prazo Médio de Recebimento de Vendas	98	133	175
Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores	132	153	209
Prazo Médio de Estocagem	38	24	60
Ciclo Operacional	136	157	235
Ciclo Financeiro	4	4	26

Fonte: Elaborado pela Autora

Em análise aos prazos acima, nota-se que o prazo médio de recebimento de vendas cresceu significativamente em 2014 e em 2015. Isso se deve ao aumento no faturamento e dada à estratégia da empresa em estender os prazos para angariar novos clientes. Com isso, os prazos de pagamento também obtiveram aumento, principalmente em 2015, resultado de negociações com os fornecedores. Observa-se quanto ao prazo de estocagem em 2015, que este teve aumento considerável, devido à empresa optar por ter mais estoque para melhorar o tempo

de entrega aos clientes. Estando os prazos de estocagem bem abaixo dos prazos de pagamento, indica que os fornecedores estão financiando totalmente os estoques e grande parte das vendas da entidade.

Percebe-se ainda que o maior ciclo financeiro apresentado foi em 2015, sendo que a empresa teve que financiar 26 dias, até o recebimento efetivo das suas vendas, o que acarreta em maior custo para o estabelecimento.

4.6.4 Ebitda

A utilização do *Ebitda* vem ganhando importância no mercado, pois analisar apenas o lucro líquido ou o prejuízo obtido por uma organização no exercício, não é muitas vezes capaz de demonstrar o seu real desempenho. Por meio da tabela 7, pretende-se analisar o *Ebitda* da empresa referente ao triênio 2013/2015.

Tabela 7 – *Ebitda*

	2013	2014	2015
(+) Lucro Líquido do Exercício	63.459,06	59.985,55	156.698,78
(+) Despesas Financeiras	48.468,60	61.280,04	80.224,47
(+) Depreciação	14.118,85	20.201,86	13.168,30
(+) Impostos	20.061,21	18.942,80	49.483,82
(-) Receitas Financeiras	52.002,01	26.720,75	85.389,65
(-) Receitas Não Operacionais	-	-	550,63
= EBITDA	94.105,71	133.689,50	213.635,09
% Sob a Receita Líquida	2,57%	2,83%	3,14%

Fonte: Elaborado pela Autora

Para tanto, o *Ebitda* representa o quanto a organização gerou de caixa operacional com atividades da empresa, antes de considerar os efeitos financeiros, os impostos e as despesas que não provocam saída de caixa. Analisando as informações da tabela 7 acima, nota-se que o *Ebitda* da empresa obteve crescimento no decorrer dos anos, partindo de R\$ 94.105,71 em 2013, passando para R\$ 133.689,50 em 2014, e chegando a R\$ 213.635,09 em 2015. Esta variação justifica-se pelo aumento no nível da lucratividade do estabelecimento.

4.6.5 Parecer Final sobre a Análise Efetuada

Pode-se concluir com a análise, que a empresa apresenta os custos elevados, o que a obriga a reduzir ao máximo suas despesas operacionais para

conseguir obter lucro. O que se observou nos anos analisados que a empresa vem conseguindo manter o resultado positivo, melhorando a cada ano o seu faturamento e apresentando lucratividade em todos os períodos analisados. O que remete que a situação econômica da empresa encontra-se favorável.

No entanto, pode encontrar dificuldades com relação ao capital de giro para desenvolver as atividades, pois apresentou saldo negativo de tesouraria em um dos anos analisados, o que demonstra que a NCG não foi suficiente para satisfazer a necessidade operacional, levando-a a recorrer aos empréstimos para ajudar a financiar as operações. Complementa-se que somente no primeiro ano analisado a mesma não demonstrou NCG positivo, confirmando ainda a conclusão de que o estabelecimento necessita buscar por financiamentos para conduzir as operações.

Em geral, a liquidez da empresa demonstra-se favorável, pois seus ativos são suficientes para cobrir suas dívidas, tanto no curto como no longo prazo. Porém, quanto à liquidez imediata, o mesmo não ocorre, pois as disponibilidades da empresa são insuficientes para quitar os débitos de curto prazo. O que pode dificultar no cumprimento das obrigações de curto prazo, forçando-a a buscar por outras alternativas de recursos em algum momento.

Quanto à rentabilidade, apresenta-se favorável, pois se evidenciou que o retorno sobre o investimento e sobre o patrimônio líquido são superiores a taxas de títulos de renda fixa do mercado financeiro.

Outra problemática detectada refere-se à qualidade do endividamento da empresa. Apurou-se que as dívidas são em sua maioria vencíveis no curto prazo, o que aumenta ainda mais a necessidade de gerar recursos a curto prazo, mais uma vez obrigando-a a buscar por fontes externas de recursos e aumentar os seus encargos.

Em relação aos prazos, pode-se constatar que a empresa vem pagando seus fornecedores antes de receber suas vendas, porém os fornecedores estão financiando os estoques em sua totalidade e grande parte das vendas. Sendo positivo para a empresa, pois nesse tempo não precisa preocupar-se com financiamento.

Portanto, embora algumas dificuldades financeiras e de capital de giro, o *Ebitda* evidenciou que a empresa vem apresentando caixa operacional com as atividades positivo que melhora a cada ano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou-se em averiguar as contribuições que a análise das demonstrações contábeis pode gerar a um estabelecimento comercial agropecuário de Forquilha, colaborando no seu processo decisório.

Visto que as demonstrações contábeis quando analisadas isoladas apresentam restrições para demonstrar detalhes sobre o real desempenho de uma organização, por meio da análise de demonstrações contábeis é possível obter números que servem para melhor compreender a situação econômico-financeira em que se encontra a empresa em dado período.

No objetivo geral desse trabalho, propôs-se em verificar se as informações geradas pela análise das demonstrações contábeis podem contribuir com uma empresa comercial do ramo agropecuário de Forquilha, de modo que as decisões sejam tomadas com maior precisão. Tal objetivo foi alcançado no decorrer da fundamentação teórica e na posterior aplicação do estudo de caso.

No que diz respeito ao primeiro objetivo específico, elaborou-se uma pesquisa bibliográfica acerca dos indicadores, entre as ferramentas da contabilidade gerencial, que são aplicados na empresa em estudo.

Em relação ao segundo objetivo específico, os índices estudados foram empregados sobre as informações apresentadas no Balanço Patrimonial e na DRE de 2013, 2014 e 2015. E com base nesses demonstrativos foi construída a DFC.

Quanto ao terceiro objetivo específico, por meio dos dados extraídos das análises vertical e horizontal, indicadores de liquidez, retorno sobre o investimento, retorno sobre o patrimônio líquido, composição do endividamento, imobilização do capital próprio, prazos médios, *ebitda* e necessidade de capital de giro, foi possível obter resultados sobre o desempenho da empresa. Com isso, obteve-se informações sobre o andamento do negócio, que podem cooperar para futuras decisões.

Portanto, conclui-se que a análise de demonstrações contábeis é parte essencial para instrumentar gestores a conduzir as suas atividades, pois fornece elementos que servem de suporte decisório aos diversos níveis da entidade. Sendo úteis às organizações, tanto de pequeno quanto grande porte, bastando o interesse em investir em ferramentas, como as propostas neste estudo para aperfeiçoar a qualidade das informações.

Diante do exposto, sugere-se que estudos sejam aprofundados com

relação à necessidade de capital de giro, a fim de que informações sejam geradas no sentido de reduzir os prazos médios da atividade, que estão diretamente ligados à necessidade de capital de giro das empresas.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Finanças corporativas e valor**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis**: estrutura, análise e interpretação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Decreto Lei nº 3000, de 26 de março de 1999.

Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3000.htm>. Acesso em: 03 de set. 2016.

CORONADO, Osmar. **Contabilidade gerencial básica**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu et al. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORANTE, Antônio Salvador. **Análise das demonstrações financeiras**: aspectos contábeis da demonstração de resultado e do balanço patrimonial. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V.; Contabilidade **Avançada e análise das demonstrações financeiras**. 15. ed. São Paulo: Frase, 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PEREIRA, Anísio Candido et al. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2011.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração das demonstrações contábeis**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PIZZOLATO, Nélio Domingues. **Introdução à contabilidade gerencial**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

PORTAL BRASIL. **Economia e emprego**: agropecuária se destaca e gera 9,8 mil empregos em 2015. Disponível em: <www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/01/agropecuaria-se-destaca-e-gera-9-8-mil-empregos-em-2015>. Acesso em: 28 ago. 2016.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis**: estrutura e análise. São Paulo: Saraiva, 2003.

SANTOS, Carlos Alberto dos. **Pequenos negócios**: desafios e perspectivas. Brasília: SEBRAE, 2014.

SEBRAE, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Critérios de classificação de empresas: EI – ME –EPP**. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

SEBRAE, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Pequenos negócios no Brasil**. Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

SILVA, José Pereira. **Análise financeira das empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, Luciana M. Silva; CAMPOS, Jonas Comin de. **A importância da contabilidade gerencial X encontro latino americano de iniciação científica**. Vale do Paraíba: 2013.

SOUZA, Acilon Batista de. **Curso de administração financeira e orçamento**. São Paulo: Atlas, 2014.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque

didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001.

VIEIRA, Marcos Villela. **Administração de capital de giro**. São Paulo: Atlas, 2005.